

ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO II PROGRAMA DE ACÇÃO  
PARA A ELIMINAÇÃO DA MUTILAÇÃO GENITAL  
FEMININA (2011-2013)

**RELATÓRIO FINAL**

LISBOA | 31 DE OUTUBRO



# Índice

---

Índice de Quadros.....	2
Siglas e Acrónimos.....	3
Sumário Executivo.....	7
Introdução.....	9
1. Âmbito e Objetivos do Estudo.....	11
1.1. A estrutura do II PAEMGF.....	11
1.2. Estratégia Metodológica.....	13
2. Avaliação do Programa.....	19
2.1. Condições para o Programa.....	19
2.2. Execução.....	23
2.3. Síntese da Execução.....	41
3. Dinâmicas Processuais.....	43
3.1. Dinâmicas Processuais a Montante.....	43
3.2. Dinâmicas Processuais a Jusante.....	44
4. Sustentabilidade do Programa, Fraquezas, Forças, Ameaças e Oportunidades.....	51
4.1. Sustentabilidade.....	51
4.2. SWOT – Fraquezas, forças, ameaças e oportunidades.....	53
5. Conclusões.....	63
6. Recomendações e Linhas de Orientação Futura.....	65
8. Referências Bibliográficas.....	67
9. ANEXOS.....	69
9.1. ANEXO 1.....	71
9.2. ANEXO 2.....	75
9.3. ANEXO 3.....	81
9.4. ANEXO 4.....	89

## **Índice de Quadros**

Quadro n.º 1	Grau de Execução das Global (Taxa Bruta)	24
Quadro n.º 2	Avaliação da Execução da Medida 1	25
Quadro n.º 3	Grau de Execução das Atividades da Medida 1 (Taxa Bruta)	27
Quadro n.º 4	Avaliação da Execução da Medida 2	30
Quadro n.º 5	Grau de Execução das Atividades da Medida 2 (Taxa Bruta)	31
Quadro n.º 6	Avaliação da Execução da Medida 3	33
Quadro n.º 7	Grau de Execução das Atividades da Medida 3 (Taxa Bruta)	34
Quadro n.º 8	Avaliação da Execução da Medida 4	36
Quadro n.º 9	Grau de Execução das Atividades da Medida 4 (Taxa Bruta)	37
Quadro n.º 10	Avaliação da Execução da Medida 5	38
Quadro n.º 11	Grau de Execução das Atividades da Medida 5 (Taxa Bruta)	39
Quadro n.º 12	Entidades nomeadas como parceiros pelas entidades com ações no âmbito da violência de género	46
Quadro n.º 13	Tipo de atividades desenvolvidas com os parceiros nomeados por tipos de troca (N=9)	46
Quadro n.º 14	Médias das avaliações das entidades às relações de parceria (N=20)	47
Quadro n.º 15	Análise SWOT	54

## ***Siglas e Acrónimos***

ACIDI - Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

AIDOS – Associazione Italiana Donne per lo Sviluppo

AI Portugal – Amnistia Internacional, Portugal

ANQ - Agência Nacional para a Qualificação, IP

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APF – Associação para o Planeamento da Família

ARS - Administração Regional de Saúde CGF - Corte dos Genitais Femininos

CEJ – Centro de Estudos Judiciários

CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

CLAII – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes

CLAII - Centros Locais de Apoio à Integração dos Imigrantes

CNAI - Centro Nacional de Apoio ao Imigrante

CNPCJR - Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CPR - Conselho Português para os Refugiados

DGAI – Direção Geral da Administração Interna

DGE - Direção-Geral da Educação

DGIDC - Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

DGPJ – Direção Geral da Política de Justiça

DGS - Direção-Geral da Saúde

EPJ – Escola de Polícia Judiciária

FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia

GNR – Guarda Nacional Republicana

GMCS - Gabinete para os Meios de Comunicação Social

GSEI – Gabinete da Secretaria de Estado da Igualdade



IAC – Instituto de Apoio à Criança

IEC - Informação, Educação, Comunicação

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social

MAI - Ministério da Administração Interna

MAP - Ministério dos Assuntos Parlamentares

MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

ME - Ministério da Educação

MGF - Mutilação Genital Feminina

MGF / C - Mutilação Genital Feminina / Corte

MJ - Ministério da Justiça

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros

MS - Ministério da Saúde

MTSS - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OHCHR - Gabinete do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos

OIG - Organização Intergovernamental

OIM - Organização Internacional para as Migrações

OMS / WHO - Organização Mundial da Saúde

ONG - Organização Não Governamental

ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

OPC - Órgãos de Polícia Criminal

PAEMGF – Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina

PAII – Plano de Apoio ao Associativismo Imigrante

PALOP - Países de Língua Oficial Portuguesa

PCM - Presidência do Conselho de Ministros

PECIGEM/CPLP – Plano Estratégico para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres na CPLP

PGR - Procuradoria-Geral da República

PPT – Programa Portugal para Todos

PJ – Polícia Judiciária

PSP – Polícia de Segurança Pública

RCM - Resolução do Conselho de Ministros

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

SIIC – Sistema Integrado de Informação e Conhecimento (Observatório de Género)

SNS – Serviço Nacional de Saúde

UAVIDRE - Unidade de Apoio à Vítima Imigrante e de Discriminação Racial ou Étnica

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

UNAIDS / ONUSIDA - Programa das Nações Unidas sobre VIH/SIDA

UNDP/PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNECA - Comissão Económica das Nações Unidas para África

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNFPA - Fundo das Nações Unidas para a População

UNHCR / ACNUR - Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para as Crianças

UNIFEM - Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Mulheres

VIH/SIDA - Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida





## Sumário Executivo

---

O presente Relatório tem como objeto a avaliação sumativa do Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013), cujos resultados se resumem nas seguintes ideias chave:

Os objetivos das diferentes medidas deveriam estar concebidos em articulação direta com conjunto de atividades que as constituem (meios concretos para a concretização dos objetivos). O que se verifica no II PNAEMGF é que a grelha que sistematiza as atividades propostas, as entidades envolvidas na execução das dessas atividades, o público-alvo, bem como os indicadores de resultado é afetada por sete problemas que a diminuem na sua real capacidade de operacionalização do II PNAEMGF: (i) Formulação das atividades; (ii) Desarticulação entre as atividades e objetivos específicos; (iii) Desresponsabilização das entidades envolvidas na execução das atividades, colocando em risco a boa execução do II PAEMGF e ferindo gravemente a lógica de pareceria desejada na metodologia de operacionalização do II PAEMGF; (iv) Definição de indicadores, inviabilizando uma avaliação de desempenho e execução adequada; (v) Omissão de resultados esperados, determina dificuldades acrescidas à elaboração de indicadores precisos de execução e aos processos de acompanhamento e avaliação; (vi) Inexistência de calendarização; (vii) Identificação pouco clara de pressupostos.

A avaliação do grau de execução das 30 atividades e 7 subatividades que compõem as 5 medidas do II PAEMGF, foi globalmente positiva, apresentando 86,6% de atividades executadas, embora destas 17,1% sejam atividades cuja execução foi parcial e 5,7% apresentem falta de informação que garanta que a totalidade dos indicadores tenham sido cumpridos. Apenas 8,6% das atividades não foram executadas.

As medidas 1, 2 e 5 foram as que obtiveram maior grau de execução, ficando muito perto dos 100%.

No que diz respeito às dinâmicas processuais, verificou-se consenso alargado na avaliação da comunicação entre a CIG e os Ministérios como sendo predominantemente no sentido descendente (na vertical ou de cima para baixo) e menos na horizontal, isto é, entre Ministérios e entre estes e a CIG. Tal situação é geradora de bloqueios nas trocas interministeriais, e cria obstáculos ao potencial de

troca de experiências, de práticas e de conhecimentos entre Ministérios, promovendo um clima relacional com a CIG que, sendo globalmente considerado positivo, foi referido como ficando aquém do desejável.

A análise das relações interinstitucionais permite concluir que o desenvolvimento de ações em parceria e a construção de “redes para a igualdade” são mais uma miragem do que uma realidade. As ‘redes’ no âmbito local entre organizações governamentais e organizações não-governamentais revelam uma atuação individualizada e suscitada pela necessidade de apoio técnico na implementação de ações.

Há a destacar ainda o fraco envolvimento de intervenientes (como por exemplo de líderes religiosos) que conhecem a cultura destas comunidades migrantes de países com práticas de MGF/C e com poder de influenciar estes grupos étnicos.

Finalmente, a existência de financiamento específico (nomeadamente através do POPH), foi sentida como uma mais-valia para a execução do Programa de Ação.

## Introdução\*

---

O II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina, cuja coordenação é assegurada pela CIG, baseia-se na assunção corroborada pela Organização Mundial de Saúde (2000) de que Portugal é um país de risco no que concerne a esta prática por acolher comunidades imigrantes provenientes de países onde a MGF/C se pratica. Embora se desconheça a verdadeira dimensão da MGF em Portugal, devido ao recente despertar da atenção para a existência desse fenómeno no país e à escassez de estudos realizados, o risco consubstancia-se na reflexão de que essas comunidades poderão perpetuar essa prática em solo português, ou em deslocações pontuais ao país de origem.

Por forma a erradicar a prática Mutilação Genital Feminina no território Nacional o Estado assumiu uma série de compromissos políticos, de que se destaca a Declaração de Pequim e a sua Plataforma de Ação (1995), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU (2000). Especificamente sobre a MGF é importante mencionar a Resolução sobre a luta contra as mutilações genitais femininas praticadas na União Europeia, aprovada em março de 2009 pelo Parlamento Europeu, e no mesmo ano, em novembro, a Resolução sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres que refere a MGF como um tipo de violência e uma realidade na União Europeia.

No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi aprovado o Plano Estratégico para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres na CPLP (2010), onde está previsto um conjunto de medidas com o objetivo de combater as práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF e a Resolução de Lisboa (2010), que consagrou a importância política e institucional à Igualdade de Género neste espaço de cooperação, e acordou o esforço conjunto na eliminação da violência de género.

Portugal através do I Programa de Ação para a Eliminação da MGF/C iniciado em 2009 deu início a um conjunto de procedimentos tendentes a trabalhar de forma efetiva o combate a essa prática no país. Uma segunda edição do Programa de Ação

---

\*Informações retiradas do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013).

para Eliminação da Mutilação Genital Feminina teve início em 2011, numa fase de desenvolvimento e consolidação das iniciativas então delineadas.

O II PAEMGF (2011-2013) inscreve-se no IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação (2011- 2013), que constitui um instrumento nacional de políticas públicas de promoção da igualdade. Os dois instrumentos encontram correspondência em três áreas estratégicas: na área 9 que destaca a violência de género, nomeadamente, na medida 58. *Adotar no âmbito do IV PNI o Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina e promover todas as suas ações*; na área 4 referente à Saúde, enquanto prática mencionada especificamente na medida 37 *Promover ações de sensibilização sobre saúde e género no âmbito dos cuidados a prestar em situações de: a) Violência de género, nomeadamente mutilação genital feminina* e ainda na área estratégica 14, medida 83 *Fazer ações de sensibilização/formação para públicos-alvo estratégicos, dando a tónica, nomeadamente, em documentos como a CEDAW — Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, Plataforma de Ação de Pequim, Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, entre outros.*

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género foi a entidade coordenadora do Programa. Em 21 de junho de 2013 foi celebrado, após candidatura pública, um contrato de prestação de serviços entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas para elaborar um estudo de avaliação de três instrumentos de políticas públicas:

- IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não-discriminação (2011-2013)
- **II Programa de Ação para a eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013)**
- Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 1325

# 1. Âmbito e Objetivos do Estudo

---

O presente estudo tem como objeto a avaliação do II Programa de Ação para a eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013) e integrou-se no tipo de avaliação sumativa. Isto é, trata-se de uma avaliação que se dirige aos resultados após terminada a intervenção. A avaliação sumativa é particularmente adequada à produção de informação sobre resultados (Capucha et al, 1996; Guerra, 2000). Mas, não assumimos uma visão redutora deste tipo de avaliação, fazendo coincidir a avaliação sumativa com um determinado ponto na cronologia dos instrumentos de políticas públicas em análise. Pelo contrário, a avaliação sumativa, ainda que tendo lugar quando a intervenção já está finalizada, incidiu sobre todos os momentos desde a conceção, implementação e execução IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação, (2011-2013). Desta forma, trata-se de um sistema de avaliação integrada (Capucha et al, 1996).

O carácter sistémico deste estudo torna-se mais evidente se tivermos em consideração os objetivos principais:

- ✓ O Estudo de Avaliação IV Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (2011-2013) e elaboração de um conjunto de recomendações resultantes da análise crítica em relação ao conteúdo e execução dos mesmos.
- ✓ Elaboração de linhas de orientação, com componentes estruturais, de adequação programática e de mais eficácia e sustentabilidade, que possam funcionar como um instrumento facilitador e adequado na eventual elaboração de novos Planos tendo esta uma vertente prospetiva.

## **1.1. A estrutura do II PAEMGF**

O II PAEMGF é composto por 5 medidas, 30 atividades e 7 subactividades. Mais especificamente:

Medida 1 - Sensibilizar e Prevenir, composta por nove atividades e uma subactividade, é descrita como indispensável numa abordagem direcionada para a

eliminação da MGF/C e destaca a promoção do diálogo com as comunidades, a disseminação de informação, assim como a consciencialização e o reforço dos mecanismos nacionais de saúde, educação, intervenção social, Igualdade de Género, cidadania e cooperação para o desenvolvimento como prioritários.

A medida 2 - Apoiar e Integrar, composta por cinco atividades, é apresentada como medida de apoio e integração direcionadas a meninas, raparigas e mulheres que já foram submetidas a MGF/C, ou estão em risco de sê-lo, bem como às suas famílias e a associações.

A medida 3 - Formar, composta por cinco atividades mais seis subatividades, refere a formação e a elaboração de materiais de suporte às diversas intervenções nesta área para habilitar diferentes profissionais com os meios indispensáveis para uma intervenção mais adequada.

A medida 4 - Conhecer e Investigar é composta por cinco atividades e justifica que a MGF é uma realidade cujos contornos ainda são muito imprecisos no contexto nacional, por isso a promoção de conhecimento e a investigação são instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento de políticas de intervenção nesta área.

A medida 5 - Advogar, composta por seis atividades, apresenta-se como uma componente indispensável da promoção de sinergias e mudanças que sejam capazes de promover a consolidação de políticas e práticas sustentáveis na abordagem à MGF.

Para o desenvolvimento das atividades e correspondência ao propósito do II PAEMGF foi constituído um grupo intersectorial, sendo este composto por representantes da Administração Pública - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Direcção-Geral da Saúde (DGS), Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC); de Organizações Intergovernamentais - Organização Internacional para as Migrações (OIM); e Organizações Não Governamentais - Associação para o Planeamento da Família (APF), União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e Associação Uallado Folai.

A integração e partilha dos diferentes organismos apresentam o potencial de responder ativamente às dimensões possíveis de ser intervencionadas, de maneira a atender efetivamente ao compromisso selado por Portugal para combater a Mutilação Genital Feminina, todas as formas de violência de género e promover através do atual

Plano para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação, os Direitos Humanos das meninas, raparigas e mulheres.

O Estudo de Avaliação do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013) teve como objetivo:

- ✓ A elaboração de um conjunto de recomendações resultantes da análise crítica em relação ao conteúdo e execução do mesmo;
- ✓ A elaboração linhas de orientação, com componentes estruturais, de adequação programática e promotoras de maior eficácia e sustentabilidade, que possam funcionar como um instrumento facilitador e adequado na elaboração de futuros Planos, tendo uma vertente prospetiva.

O estudo de avaliação do II PAEMGF teve início a 21 de junho sendo o dia 31 de outubro a data limite para entrega deste relatório final. Portanto, decorreu num curto espaço de tempo para uma missão tão complexa, com a agravante de o estudo de avaliação decorrer nos meses de verão, tendo criado obstáculos especialmente ao nível do processo de recolha de informação junto das entidades responsáveis pela elaboração, implementação e execução deste instrumento.

## ***1.2. Estratégia Metodológica***

A **estratégica metodológica** para a realização do Estudo de Avaliação do II Plano de Ação para a eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013) consistiu na aplicação dos seguintes instrumentos de análise:

- a) Análise Documental**
- b) Metodologia Participativa em Reuniões de Trabalho**
- c) Inquéritos**
- d) Análise de Redes**
- e) Entrevistas**

- a) Análise Documental**

A estratégia metodológica para a realização do Estudo de Avaliação II Plano de Ação para a eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013) consistiu na análise documental dos Relatórios Intercalares da CIG.

Esta análise documental permitiu compilar num documento único, a “síntese das ações realizadas no âmbito do II Plano de Ação para a eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013)” e subsequentemente a criação de uma base de dados que possibilitou avaliar o grau de execução das 30 atividades e 7 subatividades previstas nas 5 medidas propostas do Plano a sua pertinência, coerência, adequabilidade e efetividade. Proporcionou ainda a caracterização dos tipos das ações executadas.

### **b) Metodologia Participativa em Reuniões de Trabalho**

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre os processos de implementação e consolidação dos objetivos propostos, procurou-se dar voz aos intervenientes diretos na execução do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013).

Foram convidadas 20 organizações estatais e Organizações da Sociedade Civil, selecionados segundo o seu envolvimento e execução das medidas do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013) a participar numa sessão de trabalho em conjunto com outras entidades que desenvolveram ações na área estratégica nº 9 Violência de Género e nº14 Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades Portuguesas do IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação (2011-2013), e também no Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 1325. Contamos com a presença de 12 Instituições (19 participantes).

Para a sessão foi elaborado um guião orientador (anexo 1) enviado previamente às entidades participantes, de modo a prepararem a sua intervenção na sessão de trabalho de modo eficaz e eficiente coligindo as várias experiências de boas práticas e identificando os principais constrangimentos que inibiram a execução das medidas com o objetivo a privilegiar dois princípios básicos:

✓ **Igualdade:** todos têm a mesma oportunidade de participar independentemente do seu lugar na estrutura ou no processo de execução do do II Plano de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013).



✓ **Transparência:** As entidades participantes estão presentes durante o processo de produção de informação (são os produtores da informação) e têm acesso à informação produzida.

A sessão de trabalho teve a duração de um dia, em mesa redonda, foi orientada por três facilitadores da discussão e segundo técnicas de facilitação de discussão e, esclarecimento da informação produzida.

### c) Inquéritos

Visando alargar o número de entidades auscultadas ao longo deste processo de avaliação, bem como apreender as configurações relacionais, foi elaborado um Questionário que incluía algumas questões sobre Mutilação Genital Feminina dirigido a ONGs/Organismos Estatais que realizaram atividades neste âmbito – *Questionário II* (anexo 4).

A opção pela aplicação virtual agilizou o processo de inquirição, tornando-o mais eficiente e eficaz.

Foram considerados válidos 15 (respostas) Questionários II, destes 15 questionários validados, 10 foram respondidos por entidades com atividades promovidas no âmbito do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina. Às/ Aos inquiridas/os foram colocadas questões em quatro domínios chave, concordantes com os critérios de avaliação: a) O cumprimento das medidas previstas no II Programa para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013); b) Relações Interinstitucionais; c) Sustentabilidade e d) Avaliação do instrumento. Esta estratégia metodológica possibilitou assim a triangulação da informação recolhida e analisada em conformidade com o Plano de avaliação definido.

Através dos inquéritos foram recolhidos dados de tipo matricial (ou relacionais). Estes dados permitiram a construção das redes de parceria.

### d) Análise de Redes

Foi solicitado aos diversos representantes que nomeassem livremente um conjunto de parceiros até um máximo de 8, sendo depois pedido que referissem por exemplo o tipo de trocas e com que frequência colaboravam.

Apesar de ter havido uma tentativa de exaustividade e de se ter solicitado esta avaliação a um vasto conjunto de entidades, o número de respostas dadas apenas

nos permitiu ilustrar parcialmente com quem as entidades inquiridas se articulavam, com que frequência colaboravam e trocavam recursos e como avaliavam a capacidade de resposta dos parceiros e o seu envolvimento. Para analisar estes dados foram criadas duas tipologias, uma para o tipo de atividades desenvolvidas e outra para o tipo de trocas entre parceiros. As avaliações das entidades às dimensões relacionais consideradas (frequência de colaboração; frequência de trocas; capacidade de resposta/ escala de eficácia; envolvimento/ escala de empenho) permitiram construir rankings tendo por base a soma das avaliações dadas sobre o número de parceiros (média). Ainda que se tratasse de uma rede parcial, a análise deste ranking conjugada com a análise de redes das entidades permitiu observar as diversas modalidades de parceria existentes para a implementação das ações no âmbito da Igualdade de Género.

#### e) Entrevistas

Por último, realizaram-se entrevistas a protagonistas-chave que direta ou indiretamente estiveram ligados/as à conceção e implementação do Plano/Programa, que esclareceram uma série de questões ligadas ao desenvolvimento das políticas ao longo dos diversos Planos e/ou Programas para a Igualdade de Género e Eliminação da Mutilação Genital Feminina. As entrevistas permitiram recolher dados adicionais sobre todo o processo de conceção, aprovação e concretização destes instrumentos, a envolvimento dos Ministérios, Autarquias e outras Organizações da Sociedade Civil e no planeamento das ações de II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013), os pontos fortes e fragilidades do instrumento, e ainda visando futuros Planos/Programas a extrair linhas de orientação tanto no que respeita à estrutura como à implantação e execução das atividades junto dos públicos-alvo. (Guião de entrevista em anexo 2)

Através da estratégia metodológica realizada cumpriram-se os **critérios de avaliação** propostos no estudo, nomeadamente:

- ✓ **Pertinência e Adequabilidade** do instrumento permitiu compreender de que modo os objetivos, as atividades e medidas estão adaptados ao contexto Nacional.
- ✓ **Coerência** interna do instrumento permitiu identificar o grau de correspondência e os tipos de contribuição entre os objetivos, as atividades e as medidas.

✓ **Sustentabilidade** permitiu conhecer a implementação e consolidação das estratégias utilizadas do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013) e o impacto das ações de forma duradoura.

✓ **Análise SWOT** apontando os pontos fortes e fracos do Plano, oportunidades e ameaças. Analisa o conjunto de riscos e obstáculos à sustentabilidade das intervenções.

✓ **Dinâmicas Processuais** na medida em que permitiu compreender as questões relativas ao processo de tomada de decisão e a sua influência e identificação de capacidades e dificuldades de articulação e mobilização das diferentes instituições bem como as suas atribuições na execução do Plano.

✓ **Análise de Redes** (ARS ou Social Network Analysis) permitiu posicionar os diversos participantes neste estudo de avaliação segundo as suas relações de interdependência ou em rede, ambiente estruturante que gera oportunidades ou constrangimentos à ação, nomeadamente através dos canais de transferência ou fluxo de recursos diversos (Wasserman e Faust, 1994). O recurso à ARS foi particularmente útil para descrever e interpretar diversas formas de articulação e concertação de entidades parceiras e redes institucionais, superando uma visão parcial e categórica na análise das dinâmicas processuais.



## 2. Avaliação do Programa

---

### 2.1. Condições para o Programa

- Coerência interna do II PAEMGF

A análise da coerência interna do II PAEMGF permite identificar o grau de correspondência e os tipos de contribuição entre os seus diferentes componentes (sectores de intervenção, objetivos, medidas, intervenientes, grupos-alvo e parcerias, atividades). De forma concreta, neste momento pretende-se responder à seguinte questão: será o II PAEMGF um instrumento coerente na sua constituição interna?

Procurando responder a esta questão fundamental verificam-se fragilidades no II PAEMGF. De um ponto de vista genérico, a análise da coerência do II PAEMGF enquanto instrumento de política pública, permitiu a identificação de uma estrutura interna por vezes desarticulada e que nem sempre torna compreensíveis os seus componentes (o que são e para que servem). Esta estrutura favorece a autonomização das atividades que funcionam, na prática, independentes em relação aos outros componentes do II PAEMGF: os objetivos, medidas e setores de intervenção.

Verifica-se a existência de objetivos formulados de forma genérica e pouco precisa. Esta fragilidade na definição dos objetivos das áreas estratégicas do II PAEMGF dificulta a avaliação do grau em que são atingidos<sup>1</sup>.

Por outro lado, a grelha que sistematiza as medidas, atividades, grupo alvo, intervenientes, bem como os indicadores de resultado inclui fragilidades nos seguintes aspetos: formulação das medidas; definição de indicadores; omissão de resultados esperados; inexistência de calendarização; atividades cuja formulação é um somatório de várias medidas; atividades cuja formulação remete para objetivos e não para meios ou ações concretas que visam atingir um determinado objetivo.

---

<sup>1</sup> O que se revela um problema fundamental no momento da avaliação do II PAEMGF, nomeadamente no que diz respeito à avaliação da execução física.

- **Formulação das medidas**

A análise genérica do Programa revela pouca clareza, situação que promove problemas operacionais designadamente na formulação das medidas, que nalguns casos não se distinguem dos objetivos e noutros não se distinguem das atividades.

Exemplos de Medidas cuja formulação não se distingue dos objetivos		
Sector de intervenção	Objetivo	Medida
5.2. Saúde	Criar formação específica [versão reduzida].	Medida 3 – Formar
	Sensibilizar para saber procurar [versão reduzida].	Medida 1 – Sensibilizar e Prevenir
	Dar a conhecer como agir perante a situação [versão reduzida].	Medida 3 – Formar
5.3. Educação, Formação e Investigação	Sensibilizar e formar profissionais da educação e da formação para o tema da MGF/C [versão reduzida]	Medida 1 – Sensibilizar e Prevenir
	Desenvolver o conhecimento sobre a MGF/C em Portugal através de estudos e de investigação.	Medida 4 – Conhecer e Investigar
5.4. Justiça e Direitos Humanos	Promover ações específicas de formação para profissionais que atuam no sector da Justiça (magistratura e órgãos de polícia criminal), quer em Portugal, quer no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento.	Medida 3 – Formar

Exemplo de Medidas cuja formulação não se distingue das atividades	
Atividade	Medida
6- Sensibilizar docentes do Ensino Superior para a importância da inclusão do tema das práticas tradicionais nocivas nos currículos académicos dos cursos de licenciatura e pós-graduação, nomeadamente de saúde, ciências humanas, sociais e criminais.	Medida 1 – Sensibilizar e Prevenir

- **Definição de indicadores**

Na análise da grelha de operacionalização do II PAEMGF é frequente encontrarmos problemas relacionados com os indicadores de resultado. O problema mais comum é a desadequação dos indicadores às medidas que pretendem medir a execução.

Este problema de desadequação deve-se parcialmente ao facto de se pretender medir diretamente a concretização das medidas através dos indicadores, quando na verdade estes indicadores deveriam medir, em primeira instância, os resultados esperados (os outputs) das atividades (medidas). Por esta razão, se revela

a importância da inclusão de uma coluna destinada aos resultados esperados na grelha de operacionalização do II PAEMGF.

Exemplos de Indicadores desadequados a atividades			
Medida	Atividade	Indicador	Problema
Medida 1 – Sensibilizar e Prevenir	Promover debates para a discussão e organização de estratégias de trabalho com comunidades, incluindo a promoção de espaços pedagógicos onde se poderão abordar os seguintes temas [versão reduzida].	Nº de debates Identificação dos grupos-alvo Nº de participantes Temáticas abordadas em cada debate Identificação dos promotores.	Insuficiência de indicadores: para medir definição de estratégias de trabalho; criação de espaços pedagógicos. O Nº de debates ou o nº de participantes, seriam indicadores adequados se existisse identificação de resultados esperados (quantificáveis).
Medida 4 –Conhecer e Investigar	Disponibilizar informação on-line e hiperligações sobre MGF/C	Nº de entidades que disponibilizam informação sobre MGF/C	Indicador desadequado à atividade. Não mede a informação que a atividade disponibiliza, mas aquela que lhe foi disponibilizada.
Medida 5 - Advogar	Realizar seminários sobre MGF/C	Nº de seminários realizados	Indicador insuficiente, não mede nº de participantes e oradores (por exemplo). Indicador quantitativo funcionaria bem caso existisse identificação de resultados esperados (quantificáveis).

- Omissão de resultados esperados

A grelha sistematizadora do II PAEMGF omite uma coluna onde se identificariam, para cada medida proposta, os resultados esperados (se possível quantificáveis). A inexistência de resultados esperados neste sistema de operacionalização do II PAEMGF tem consequências práticas a diferentes níveis:

- Ao nível da monitorização e avaliação, dificulta a avaliação da efetividade do programa, nomeadamente no que diz respeito à análise de execução, permitindo apenas um nível muito genérico de avaliação da execução. Este problema afeta a definição de indicadores precisos e rigorosos para a execução das medidas.
- Não se percebe de que forma cada uma das atividades contribui para a concretização dos objetivos enunciados

- **Inexistência de calendarização**

A inexistência de calendário de implementação para as medidas previstas, pode produzir:

- Alguma desmobilização por parte das entidades envolvidas na execução ao não terem uma meta temporal definida;
- Adiamento na implementação de medidas, gerando problemas adicionais ao trabalho de acompanhamento e avaliação do II PAEMGF;
- Concentração da execução de muitas medidas na fase final da vigência do II PAEMGF;
- Impossibilidade de aferir se uma medida está realmente executada antes do final da vigência do Programa, oferecendo problemas adicionais ao acompanhamento, a avaliações intercalares e à avaliação final.
- Risco acrescido de não execução de determinadas medidas com dificuldade na atribuição de responsabilidades

**Atividades cuja formulação é um somatório de várias medidas.**

Exemplo de Atividades cuja formulação é um somatório de várias atividades		
Medida	Atividade	Problema
Medida 1 – Sensibilizar e Prevenir	Promover debates para a discussão e organização de estratégias de trabalho com comunidades, incluindo a promoção de espaços pedagógicos onde se poderão abordar os seguintes temas [versão reduzida].	3 em 1

**Atividades cuja formulação remete para objetivos (relativamente genéricos) e não para meios ou ações concretas**

Exemplos de Atividades cuja formulação remete para objetivos (relativamente genéricos) e não para meios ou ações concretas que visam atingir um determinado fim ou objetivo		
Medida	Atividade	Problema
Medida 1 – Sensibilizar e Prevenir	Elaborar material IEC (informação, Educação e Comunicação)	A atividade não indica o que se faz e como se faz.
Medida 2 – Apoiar e Integrar	Promover o aumento da literacia e escolaridade das mulheres e jovens migrantes pertencentes a comunidades onde se pratica a MGF/C.	A medida não indica o que se faz e como se faz.
Medida 4 – Conhecer e Investigar	Aprofundar o conhecimento da MGF/C	A medida não indica o que se faz e como se faz.



- Síntese das Condições para o Programa

Os objetivos não estão concebidos em articulação direta com o conjunto de atividades propostas nem apresentam uma calendarização para a sua implementação. No II PAEMGF, a grelha que sistematiza as medidas propostas, as entidades envolvidas na sua execução, o público alvo, e os indicadores de resultado contém um conjunto de problemas que se verificam ao nível dos seguintes aspetos: (i) Formulação das medidas; (ii) Desarticulação entre medidas e objetivos específicos; (iii) Ausência de identificação de um coordenador ou responsável pela execução da medida; (iv) Definição de indicadores, dificultando uma avaliação de execução adequada; (v) Omissão de resultados esperados, criando dificuldades acrescidas à elaboração de indicadores precisos de execução e aos processos de acompanhamento e avaliação; (vi) Inexistência de calendarização.

## **2.2. Execução**

Este tópico de avaliação permite clarificar em que medida os objetivos e ambições definidos para este instrumento foram alcançados, contribuindo com esses resultados para a prevenção e eliminação da MGF.

Com vista a verificar a correspondência das ações realizadas no terreno com aquelas que se encontravam previstas no instrumento foi realizada uma análise à execução física na qual se procedeu à classificação das medidas tendo por base os indicadores de avaliação identificados no Plano. Paralelamente, procurou-se verificar se o público-alvo contemplado nas ações, bem como as entidades intervenientes na sua execução, correspondiam ao que se encontrava previsto no instrumento.

A avaliação da execução física teve por base os indicadores de resultados que se encontravam identificados para cada medida no documento do Plano. Foi assim concebida uma escala de classificação com as seguintes cinco categorias:

- a) Executada (E)** – categoria atribuída quando os dados reunidos permitem considerar que pelo menos uma das atividades realizadas no âmbito daquela medida cumpre integralmente a totalidade dos indicadores;
- b) Parcialmente Executada (PE)** – categoria atribuída quando os dados reunidos permitem concluir que a medida não foi totalmente concretizada ou se encontra ainda a decorrer;

**c) Executada com Insuficiência de Indicadores (EII)** – categoria atribuída quando os dados reunidos indicam que a medida se encontra executada, mas as atividades reportadas não cumprem a totalidade dos indicadores

**d) Não Executada (NE)** - categoria atribuída quando os dados reunidos permitem concluir que não foi realizada qualquer atividade no âmbito daquela medida;

**e) Ausência de Dados (AD)** – categoria atribuída quando não existem dados para avaliar a execução da medida.

Quadro 1 – Grau de Execução Global – (Taxa Bruta)		
<b>Grau Execução</b>	<b>Nº de Atividades</b>	<b>% (aproximado)</b>
<i>Executada (E)</i>	24	68,6%
<i>Parcialmente Executada (PE)</i>	2	5,7%
<i>Executada com Insuficiência de Indicadores (EII)</i>	6	17,1%
<i>Não Executada (NE)</i>	3	8,6%
<i>Ausência de Dados (AD)</i>	0	0%
<i>Total</i>	35	100%

O panorama global revelou que aproximadamente 86% das atividades constituintes do Plano foram **executadas**, embora 17,1% delas apenas de forma **parcial**, isto é, não cumprindo todos os objetivos previstos, e outras 5,7% sem possuímos informação que nos garanta que a totalidade dos indicadores foi cumprido. De ressaltar ainda as cerca de 8,6% de ações que ficaram por executar. Apesar deste dado, os resultados sugerem que a taxa de sucesso do Plano foi elevada.

As ações desenvolvidas nas diferentes medidas repartiram-se por uma variedade de tipologias, incluindo:

- ✓ **Ações de Formação**, que integram todas as ações de formação desenvolvidas, seminários e *workshops*; encontros, encontros internacionais, grupos de trabalho;
- ✓ **Ações de Sensibilização**, que envolve a atribuição de prémios; sinalização de datas específicas;
- ✓ **Ações de Informação/Disseminação**, que envolvem disseminação de informação em vários canais de comunicação
- ✓ **Ações de Regulamentação**, integrando a elaboração de legislação, protocolos e planos de ação
- ✓ **Ações de Avaliação/Monitorização**, que compreendem a realização de estudos e inquéritos, e a recolha de dados estatísticos desagregados por sexo;

✓ **Outras ações** no terreno.

Tendo por base a informação que nos foi disponibilizada é possível concluir que a grande maioria das ações desenvolvidas nas cinco medidas do II Programa de Ação para Eliminação da Mutilação Genital Feminina assenta na tipologia da Formação, tendo sido contabilizadas 73 ações. A segunda tipologia mais referenciada diz respeito a Ações de Informação/Disseminação totalizando-se cerca de 46 ações realizadas. Ainda dentro do grupo das tipologias de ações mais assinaladas, identificou-se a categoria referente às Ações de Regulamentação com cerca de 17 ações realizadas. As três categorias com menor impacto são (por ordem decrescente): Outras ações no Terreno (14 ações), Ações de Sensibilização (4 ações); e Ações de Avaliação/Monitorização (1 ação). Seguidamente apresentamos uma análise das medidas, individualmente:

**Medida 1 – Sensibilizar e prevenir, composta por nove atividades,**

Esta medida relaciona-se, principalmente, com o objetivo de desenvolver mecanismos de sensibilização tendo em vista uma maior consciencialização por parte das populações quanto às consequências a nível físico, psicológico e social da MGF/C, de forma a desencorajar a sua prática e a preveni-la.

**Quadro n.º 2 – Avaliação da Execução da Medida 1**

Nº Atividade e Descrição	Avaliação						
	E <sup>2</sup>	PE <sup>3</sup>	EII <sup>4</sup>	NE <sup>5</sup>	AD <sup>6</sup>	Entidades envolvidas (de acordo com o IV PNI)	Entidades efetivamente envolvidas <sup>7</sup>
1. Promover debates para discussão e organização de estratégias de trabalho com comunidades, incluído a promoção de espaços pedagógicos onde se poderão abordar os seguintes temas: Direitos Humanos / Cidadania e Igualdade de Género/Saúde Sexual e Reprodutiva/ Violência de Género/Boas práticas na eliminação da MGF/C.			X			PCM/GSEI/CIG/ACIDI; MJ/DGPJ; MTSS; MS/DGS; ONG; OIG	(Ass.de Solidariedade de Apoio à comunidade Guineense BALODIREN e CM Sintra e IPJ e CIG e IPAD); UMAR; (UMAR e INATEL Setúbal); (Ass.Estudantes da Guiné Bissau (Lx) e APF); (Fac.Direito Lx e APF); APF; (APF e Plataforma Portuguesa de ONGD e IPAD); (CIG e ACIDI); ACIDI; CIG; (DGS e APF); DGE; (APF e UMAR); (SEAPI e CIG e DGS)

<sup>2</sup>Executada (E) - responde integralmente a totalidade dos indicadores contidos na medida

<sup>3</sup> Não Executada (NE) - não atende a nenhum dos indicadores pertencentes a medida.

<sup>4</sup> Executada com Insuficiência de Indicadores (EII) – quando os dados são insuficientes

<sup>5</sup> Parcialmente Executada (PE) - quando a medida não foi totalmente concretizada

<sup>6</sup> Ausência de Dados (AD) – quando não existem dados identificados

<sup>7</sup> As referencias que surgem (...) dizem respeito a parcerias

2. Apoiar as associações de imigrantes no desenvolvimento de atividades que contribuam para a eliminação de práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF/C, casamentos forçados e crimes de honra.	X					PCM/GSEI/CIG/ACIDI; MS/DGS; ONG; OIG	Ass.BALODIREN; ACIDI - GATAI; APF; (CIG e ACIDI); (Inst.Camões e Ass.BALODIREN); DGS
3. Elaborar material IEC (Informação, Educação e Comunicação).	X					PCM/GSEI/CIG/ACIDI; MNE/ IPAD; MJ/DGPJ/EPJ; MTSS; MS/DGS; ME/DGIDC; ONG; OIG	UMAR; DGS; CIG; Inst.Camões; EPJ; (APF e AL-Portugal e IPAD); (CIG e Inst.Camões)
4. Disseminar a publicação Eliminação da Mutilação Genital Feminina: Declaração Conjunta, OHCHR, ONUSIDA, PNUD, UNECA, UNESCO, UNFPA, ACNUR, UNICEF, UNIFEM, OMS e o folheto sobre a MGF/C	X					PCM/ GSEI/CIG/ACIDI; MNE/ IPAD; MS/DGS; MJ/DGPJ/ EPJ; MTSS; ME/ DGIDC; MAI; ONG; OIG	MAI; ACIDI; (UMAR e Projeto ISI); CIG; DGS
5. Promover o desenvolvimento, nos níveis de ensino básico e secundário, de trabalhos escolares e formativos sobre práticas tradicionais nocivas-MGF/C no âmbito da Educação para a Saúde, Educação para a Cidadania e Educação para o Desenvolvimento.	X					PCM/ GSEI/CIG/ACIDI; ME/ MTSS/ANQ; MTSS/IEFP; OIG	APF; UMAR; IEFP
6. Sensibilizar docentes do ensino universitário para a importância da inclusão do tema das práticas tradicionais nocivas nos currículos académicos dos cursos de licenciatura e pós-graduação, nomeadamente de saúde, ciências humanas, sociais e criminais.	X					MCTES; Universidades; Institutos Politécnicos; Escolas e institutos Superiores; ONG	(DGS e APF e Escola Sup.Enfermagem São Francisco das Misericórdias); (CIG e DGS e ESELX e APF); ESELX; ESS Cruz Vermelha
7. Fomentar a existência de campanhas que promovam os Direitos Sexuais e Reprodutivos no quadro dos Direitos Humanos. 7.1. Criar um micro-site sobre MGF /C no Portal da CIG para divulgação de campanhas e de iniciativas nacionais e internacionais.			X			PCM/GSEI/CIG/ACIDI; MS/DGS; MAP/GMCS; ONG; OIG	APF; CIG
8. Promover debates e espaços de divulgação nos meios de comunicação social para reflexão sobre a realidade da MGF/C e sua relação com a saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, a educação e o desenvolvimento e os Direitos Humanos	X					PCM/ACIDI; MS/DGS; ONG; OIG	(APF e DGS e ACIDI); DGS; ACIDI; CIG
9. Promover a criação de uma rede de trabalho que envolva estudantes de países onde a MGF/C existe, temporariamente residentes em Portugal			X			MNE/IPAD; PCM/ACIDI; ME/DGIDC; ONG; Associações de Estudantes e Associações juvenis.	DGE; (CIG e Ass.Estudantes da Guiné Bissau (LX))

<b>Quadro 3 – Grau de Execução das Atividades da Medida 1 (Taxa Bruta)</b>		
<i>Grau Execução</i>	<i>Atividades / Medida 1</i>	<i>% (aproximado)</i>
<i>Executada (E)</i>	6	66,7%
<i>Parcialmente Executada (PE)</i>	0	0
<i>Executada com Insuficiência de Indicadores (EI)</i>	3	33,3%
<i>Não Executada (NE)</i>	0	0%
<i>Ausência de Dados (AD)</i>	0	0%
<i>Total</i>	9	100%

O grau de execução desta medida foi de 100% se somarmos às 67% de atividades totalmente executadas as 33% de atividades executadas com insuficiência de dados. Entre as atividades classificadas como **executadas** destacam-se as seguintes:

**Atividade nº 3**, “Elaborar material IEC (Informação, Educação e Comunicação)” No âmbito desta atividade foram reportadas ações referentes à produção e distribuição de material informativo, além da elaboração de um guia para a força de segurança atuar em casos de MGF e uma orientação de atuação para os profissionais de saúde, também sobre essa temática.

Essa atividade compreende cinco grupos-alvo: Profissionais de saúde, educação, serviços sociais, justiça e cooperação para o desenvolvimento; Associações Comunitárias, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Aeroportos, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Embaixadas, Consulados e Sociedade Civil; lideranças religiosas, comunitárias e poder local; mulheres, raparigas, meninas e famílias em risco de MGF/C; meninas, raparigas e mulheres mutiladas genitalmente e comunidades onde a MGF/C existe.

Foram reportadas nesta atividade cerca de cinco ações referentes à produção e distribuição de material informativo, cartazes e folhetos, que foram disseminadas pelas entidades do grupo de trabalho intersectorial, junto de interlocutores privilegiados nas comunidades com maior concentração de imigrantes oriundos das regiões onde existe prática de MGF, e junto de organizações-chave (esquadras, centros locais de apoio ao imigrante, escolas, centros de formação profissional).

Por se tratar de uma atividade ligada à elaboração e divulgação de material informativo, torna-se difícil determinar o verdadeiro alcance desta atividade. De qualquer maneira não foi identificada nenhuma ação que visasse especificamente as lideranças religiosas, um dos grupos – alvo identificado no Plano.

De registar ainda uma discrepância entre as entidades que o Plano convoca para a execução desta atividade e as entidades que efetivamente participaram na sua execução.

Foi também classificada como **executada** a **atividade nº 5** “Promover o desenvolvimento, nos níveis de ensino básico e secundário, de trabalhos escolares e formativos sobre práticas tradicionais nocivas-MGF/C no âmbito da Educação para a Saúde, Educação para a Cidadania e Educação para o Desenvolvimento”.

Foram reportadas, no âmbito desta atividade, iniciativas realizadas em duas escolas através da UMAR e APF e a distribuição de um Manual e trinta e seis Programas de Educação Sexual para trinta e quatro centros de formação profissional de gestão direta do IEFP.

São dois os públicos-alvo especificados no Plano no âmbito dessa atividade, nomeadamente, os profissionais de educação e os profissionais de formação.

No entanto, enquanto a distribuição dos trinta e seis kits pedagógicos desenvolvidos pela APF e distribuídos pelo IEFP tiveram como público-alvo os formandos e formadores do ensino profissional, os profissionais de educação, que poderiam incluir profissionais como professores, diretores pedagógicos, psicólogos escolar, etc.; não foram contemplados nas ações reportadas. Ao invés disso, foram relatadas ações em que o público-alvo foram os alunos e alunas das escolas mencionadas. No entanto, a atividade foi considerada **executada** pois a informação disponível permite concluir que as iniciativas previstas foram realizadas

Foi também considerada executada, entre outras, a **atividade nº 8** “Promover debates e espaços de divulgação nos meios de comunicação social para reflexão sobre a realidade da MGF/C e sua relação com a saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, a educação e o desenvolvimento e os Direitos Humanos.”

Foram reportadas nessa atividade a participação da APF, DGS e ACIDI em programas televisivos e de rádio onde foi exposta a temática da MGF e um evento realizado pela DGS no dia 6 de fevereiro de 2012, para assinalar o dia internacional de tolerância zero à MGF na comunicação social. A produção de informação, também pela DGS, dirigida aos órgãos de comunicação social e três entrevistas concedidas sobre o tema para dois canais de televisão; a entrevista da ACIDI a um programa televisivo sobre este tema; e a publicação de um artigo sobre MGF para a revista CAIS, produzido pela CIG, foram outras das iniciativas desenvolvidas. Foi também referida a da introdução do tema e o debate em torno do ponto de situação da temática em Portugal no quadro da Comissão Nacional dos Direitos Humanos.

O público-alvo definido para esta atividade no Plano consistia nas equipas de investigação jornalística, instituições e comunidade em geral. Através das atividades reportadas é possível identificar a participação dos grupos-alvo definidos.

As atividades classificadas como **Executadas com Insuficiência de Indicadores** nesta medida foram três: as **atividades nº 1, 7 e 9**. Assim, por exemplo no quadro da **atividade nº 7**, “Fomentar a existência de campanhas que promovam os Direitos Sexuais e Reprodutivos no quadro dos Direitos Humanos - 7.1. Criar um micro-*site* sobre MGF/C no Portal da CIG para divulgação de campanhas e de iniciativas nacionais e internacionais”, foi reportada a criação de um seção específica para a temática da MGF no *site* da APF, no site da CIG e no Portal da Igualdade. No entanto esta atividade acabou por ser avaliada **executada com insuficiência de indicadores** pois não há referência ao número de campanhas realizadas, como requerido nos indicadores de avaliação.

O público-alvo desta atividade compreendia os profissionais na área da saúde, do jornalismo, da comunicação social e a comunidade em geral. Por se tratar, no entanto, de uma atividade onde foram reportadas somente ações sobre a criação de espaços online sobre a temática, torna-se difícil verificar se o público-alvo foi efetivamente atingido.

Por seu turno, no âmbito da **atividade nº 9**, “Promover a criação de uma rede de trabalho que envolva estudantes de países onde a MGF/C existe, temporariamente residentes em Portugal”, foi reportada a realização de uma reunião e a assinatura de um protocolo entre a CIG e a Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa.

Foram ainda reportadas propostas de intervenção da DGE num agrupamento de escolas visando a organização de uma rede de estudantes para debate e divulgação da temática da MGF e a disponibilidade da AEGBL em proceder à tradução do folheto “Diga Não à Excisão” para crioulo da Guiné. Deste modo, a atividade foi classificada como executada com insuficiência de indicadores por não dispormos de informação sobre o número de estudantes que participaram na rede, conforme requerido num dos dois indicadores previstos no Plano.

## **Medida 2 – Apoiar e Integrar:**

Composta por cinco atividades, esta medida prende-se, essencialmente, com o objetivo de apoiar as jovens e mulheres que foram submetidas a mutilações genitais, assim como as suas famílias e comunidade de pertença e prevenir a prática da MGF/C.

<b>Quadro n.º 4 – Avaliação da Execução da Medida 2</b>							
<i>Nº Atividade e Descrição</i>	<i>Avaliação</i>						
	<i>E<sup>8</sup></i>	<i>PE<sup>9</sup></i>	<i>EII<sup>10</sup></i>	<i>NE<sup>11</sup></i>	<i>AD<sup>12</sup></i>	<i>Entidades envolvidas na execução da medida</i>	<i>Entidades que deram resposta<sup>13</sup></i>
1. Promover o aumento da literacia e escolaridade das mulheres e jovens imigrantes pertencentes a comunidades onde se pratica a MGF/C.			X			PCM/GSEI/CIG/ACIDI; ME/MTSS/ANQ; MTSS/IEFP; ONG; OIG	UMAR; ACIDI
2. Promover o empoderamento das mulheres imigrantes (sobretudo oriundas de países onde existam práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF/C) para combater as desigualdades e os estereótipos de género, nomeadamente através do estímulo ao associativismo e ao empreendedorismo.	X					PCM/GSEI/CIG/ACIDI; ME/MTSS/ANQ; MTSS/IEFP; ONG; OIG	ACIDI - PEI; UMAR; IEFP
3. Promover aconselhamento individual e apoio psicossocial.	X					ONG /IPSS de Saúde.	(ACIDI e APAV); (UMAR e DGS e CPR)
4. Orientar situações de MGF/C, através das linhas telefónicas de apoio/emergência nos domínios da Saúde, da Imigração, da Sexualidade e do combate à Violência, para os recursos disponibilizados para auxílio nesta área.	X					PCM/GSEI/CIG/ACIDI; MS/DGS; MTSS; ONG	ACIDI - Linha SOS Imigrante; Linha de Saúde Pública 24
5.Consolidar a estrutura de referênciação para eventuais casos de MGF/C (centralizada nos serviços de apoio específico para imigrantes).	X					PCM/ACIDI; ONG	(APAV e ACIDI); DGS

<sup>8</sup> Executada (E) - responde integralmente a totalidade dos indicadores contidos na medida

<sup>9</sup> Não Executada (NE) - não atende a nenhum dos indicadores pertencentes a medida.

<sup>10</sup> Executada com Insuficiência de Indicadores (EII) – quando os dados são insuficientes

<sup>11</sup> Parcialmente Executada (PE) - quando a medida não foi totalmente concretizada

<sup>12</sup> Ausência de Dados (AD) – quando não existem dados identificados

<sup>13</sup> As referências que surgem (...) dizem respeito a parcerias



<b>Quadro 5 – Grau de Execução das Atividades da Medida 2 (Taxa Bruta)</b>		
<i>Grau Execução</i>	<i>Atividades / Medida2</i>	<i>% (aproximado)</i>
<i>Executada (E)</i>	4	80%
<i>Parcialmente Executada (PE)</i>	0	0%
<i>Executada com Insuficiência de Indicadores (EII)</i>	1	20%
<i>Não Executada (NE)</i>	0	0%
<i>Ausência de Dados (AD)</i>	0	0%
<i>Total</i>	5	100%

Esta medida apresenta um elevado grau de execução: todas as 5 atividades previstas, foram executadas e apenas para uma delas não foi possível reunir informação completa, que confirmasse o cumprimento de todos os indicadores.

Salientamos assim entre as atividades **executadas** as seguintes:

**Atividade nº 2** - Promover o empoderamento das mulheres imigrantes (sobretudo oriundas de países onde existam práticas tradicionais nocivas, nomeadamente a MGF/C) para combater as desigualdades e os estereótipos de género, nomeadamente através do estímulo ao associativismo e ao empreendedorismo.

No âmbito desta atividade foi incluído o Projeto de Promoção do Empreendedorismo Imigrante (PEI), promovido pelo ACIDI. Foi assim reportada a formação de 189 mulheres imigrantes, numa primeira edição, e de mais 31 mulheres provenientes da Guiné-Bissau, numa segunda edição.

Foi também reportada a participação de dez mulheres imigrantes em duas ações conduzidas pela UMAR, intituladas “Empreendedorismo feminino e acesso ao Microcrédito”.

Salientamos ainda no âmbito das atividades **executadas** a **atividade nº 3**, “Promover aconselhamento individual e apoio psicossocial”. Embora concretizada, esta atividade deve suscitar ainda alguma reflexão.

Com efeito, segundo o relatório de execução do II PAEMGF produzido pela CIG, todas as entidades que integram o grupo setorial (IPAD, ACIDI, CIG, IEPF, DGS, DGE, ONGs - APF, UMAR) encontram-se preparadas para atender e/ou encaminhar casos de MGF. Em acréscimo, a UVIDRE (APAV + ACIDI) disponibiliza aconselhamento individual e apoio psicossocial para a vítima imigrante. Os materiais “Diga Não à Excisão” (folheto e cartaz) indicam também várias linhas telefónicas de apoio.

Consta no entanto, ainda no referido relatório, que não foram sinalizados casos nesta rede de apoio, informação confirmada na sessão de trabalho conduzida pelo CIEG para a realização da presente avaliação. No entanto, no relatório intercalar elaborado pela CIG refere-se que a UMAR articulou com a representante da DGS o apoio médico, ao nível da obstetrícia, para uma mulher mutilada, que se encontrava grávida. De acordo com o mesmo relatório, este caso foi também apoiado pelo CPR – Conselho Português para os Refugiados. Estes dados revelam a persistente necessidade de continuar a traçar estratégias para melhor chegar junto do público-alvo e assim cumprir os objetivos deste instrumento.

Finalmente uma atividade, no âmbito desta medida, foi classificada como **executada com insuficiência de indicadores**. Trata-se da **atividade nº 1** “Promover o aumento da literacia e escolaridade das mulheres e jovens imigrantes pertencentes a comunidades onde se pratica a MGF/C.”

Nesta atividade foram reportadas as sessões, conduzidas pela UMAR, dirigidas a doze mulheres de uma casa de abrigo, com o objetivo de aumentar a literacia e a promoção da memória/história oral. Foi ainda reportada a promoção do Programa Portugal para Todos (PPT) pela ACIDI, através do qual é disponibilizado um curso de português gratuito para imigrantes. Foram contabilizadas, como destinatárias desta formação, oitenta e oito mulheres, provenientes de países onde a MGF se pratica. Contudo, desconhece-se se esta formação conferiu ou não uma certificação às formandas.

Embora se disponha de informação sobre a execução desta atividade, esta foi classificada como **executada com insuficiência de indicadores** uma vez que o Programa requer a indicação do número de mulheres certificadas, e a informação reportada refere somente o número de mulheres participantes nas ações.

### **Medida 3 – Formar,**

Esta medida é composta por cinco atividades e seis subatividades, tendo como objetivo desenvolver mecanismos de sensibilização com vista a uma maior consciencialização por parte das populações quanto às consequências a nível físico, psicológico e social da MGF/C, de forma a desencorajar a sua prática e de reforçar medidas de prevenção nos mecanismos nacionais de saúde, educação, intervenção social, igualdade, cidadania e cooperação.

<b>Quadro nº 6 Avaliação da Execução da Medida 3</b>							
<i>Nº Atividade e Descrição</i>	<i>Avaliação</i>						
	<i>E<sup>14</sup></i>	<i>PE<sub>15</sub></i>	<i>EII<sub>16</sub></i>	<i>NE<sub>17</sub></i>	<i>AD<sup>18</sup></i>	<i>Entidades envolvidas (de acordo com o IV PNI)</i>	<i>Entidades efetivamente envolvidas<sup>19</sup></i>
1. Elaborar um protocolo de atuação com orientações técnicas na área da saúde.			X			MS/DGS, nomeadamente em parceria com ordens e sociedades das várias áreas.	DGS
2. Disseminar o manual Mutilação Genital Feminina – Integração da Prevenção e do Tratamento no Curricula de Profissionais de Saúde (OMS/APF).	X					PCM/GSEI/CIG; MS/DGS; MNE/IPAD MTCTES/Universidades ; ONG; OIG	APF; (APF e UNFPA e IPAD); ACIDI; UMAR; (APF e ESELX); Inst. Camões; DGS
3. Criar um referencial de formação em MGF/C para as diferentes áreas de intervenção (educação, justiça, saúde, social/comunitária, cooperantes)				X		PCM/ACIDI; MJ/DGPJ; ME/MTSS/ANQ; MS/DGS, ME/DGIDC	
4. Promover a inclusão do tema da MGF/C nos referenciais de educação para a saúde, educação para o desenvolvimento, cidadania e igualdade de género.	X					PCM/GSEI/CIG; MS/DGS; ME/ DGIDC; MNE/IPAD	(DGS-ESS Cruz Vermelha e DGS Fac. Psicologia UL); (CIG e ME)
5. Realizar ações de formação para: 5.1. Profissionais de saúde, incluindo a criação de um grupo multidisciplinar para replicação da formação	X					MS/DGS e ARS nomeadamente em parceria com as Ordens, Sociedades Científicas, ONG, OIG.	(DGS e APF e Escola Sup. Enfermagem São Francisco das Misericórdias); (CIG e DGS e ESELX e APF)
5.2. Profissionais de mediação sociocultural, técnicos/as do Conselho Português para os Refugiados (CPR), técnicos dos Centros de Apoio e Integração de Imigrantes e agentes de cooperação	X					PCM/ACIDI; MNE/ IPAD; ME/MTSS/ANQ; MS/DGS; nomeadamente em parceria com ONG; OIG	IPAD; (APF e CPR); (CIG e ACIDI - CLAI/CNAI)

<sup>14</sup> Executada (E) - responde integralmente a totalidade dos indicadores contidos na medida

<sup>15</sup> Não Executada (NE) - não atende a nenhum dos indicadores pertencentes a medida.

<sup>16</sup> Executada com Insuficiência de Indicadores (EII) – quando os dados são insuficientes

<sup>17</sup> Parcialmente Executada (PE) - quando a medida não foi totalmente concretizada

<sup>18</sup> Ausência de Dados (AD) – quando não existem dados identificados

<sup>19</sup> As referências que surgem (...) dizem respeito a parcerias

5.3. Docentes de todos os níveis de ensino e formação técnico-profissionais de nível não superior, em particular docentes e coordenadores da área temática da educação para a saúde.					X	ME/DGIDC; MTSS/IEFP; MS	(IEFP e APF)
5.4. Magistratura e Órgãos de Polícia Criminal (OPC).	X					PCM/GSEI/CIG; MAI; MJ/DGPJ/ EPJ; MS/DGS; ONG; OIG	EPJ;DGS
5.5. Profissionais de Comunicação Social/ media.	X					PCM/GSEI/CIG/ACIDI/ MAP/ GMCS; ONG; OIG	(CIG e CENJOR)
5.6. Equipas das linhas telefónicas de apoio nos domínios da Saúde, da Imigração, da Sexualidade e do combate à Violência, assim como das Casas de Abrigo.	X					PCM/GSEI/CIG/ACIDI, MS/DGS, MTSS, ONG, OIG	UMAR; ACIDI

<i>Grau Execução</i>	<i>Atividades / Medida3</i>	<i>% (aproximado)</i>
<i>Executada (E)</i>	7	70%
<i>Parcialmente Executada (PE)</i>	0	0%
<i>Executada com Insuficiência de Indicadores (EI)</i>	1	10%
<i>Não Executada (NE)</i>	1	10%
<i>Ausência de Dados (AD)</i>	1	10%
<i>Total</i>	10	100%

O grau de execução destas medidas compreende 90% de medidas executadas, distribuindo-se em 70% executadas, correspondendo a duas atividades e cinco subactividades, 10% executada com insuficiência de indicadores, 10% parcialmente executada e 10% não executadas.

Das medidas executadas destaca-se a **atividade nº 2. Disseminar o manual Mutilação Genital Feminina – Integração da Prevenção e do Tratamento no Curricula de Profissionais de Saúde (OMS/APF)**, sendo reportada a distribuição do referido manual, pela APF, junto de estudantes de enfermagem e voluntários/cooperantes na área da Saúde, nas ARSs e na Linha da Saúde Pública pela DGS, bem como a disponibilização da publicação no *site* do ACIDI, do Instituto Camões e da UMAR. A APF e a ESEL entregaram 20 manuais de formação no XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Enfermeiros Obstetras. E a **atividade nº 4. Promover a inclusão do tema da MGF/C nos referenciais de educação para a saúde, educação para o desenvolvimento, cidadania e Igualdade de Género**, cujo público-alvo são os alunos e alunas do ensino não superior e agentes de Cooperação. Foi referida a introdução da temática da MGF no curso de pós-graduação em Medicina Sexual

(Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa), assegurada pela DGS e a intervenção, também feita pela DGS, no curso de pós-graduação em Educação Sexual e Relacional (Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa). Verificou-se uma incoerência entre o que é solicitado como público-alvo e a resposta apresentada pelos intervenientes. Todas as ações reportadas que apresentaram resultados foram empreendidas em instituições do ensino superior, enquanto o público-alvo referenciado são os alunos e as alunas do ensino não superior e agentes de cooperação.

A **subactividade 5.2** - *Realizar ações de formação para profissionais de mediação sociocultural, técnicos/as do Conselho Português para os Refugiados (CPR), técnicos/as dos Centros de Apoio e Integração de Imigrantes e agentes de cooperação*, destacou-se pelas ações de formação junto de agentes de cooperação, colocados na Guiné-Bissau, no âmbito do Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau pelo IPAD. De salientar ainda o esforço empreendido pela APF no sentido de estabelecer uma parceria com o CPR, o qual traduziu-se em um protocolo para revisão, apoio e disseminação do curso *e-learning* – Unidos pelo Fim da MGF. Nesta subactividade foram igualmente realizadas cinco ações de formação dirigidas pela CIG aos/às técnicos/as dos centros de apoio e integração de imigrantes, nacionais e locais (CNAI e CLAII) do ACIDI em Lisboa, Porto e Faro a qual foi ministrado um módulo específico sobre MGF. Seguiu-se um Follow-up da formação dos mediadores e das mediadoras, que integram a Linha SOS Imigrante e técnicos/as da UVIDRE e a realização de uma formação para técnicos/as do IEF, sobre “SSR, práticas tradicionais Nefastas e MGF” e finalmente foi referido a conclusão do curso de autoformação em *e-learning* “Unidos pelo Fim da MGF” dirigida aos profissionais de asilo pela APF.

A **atividade nº 1** - *Elaborar um protocolo de atuação com orientações técnicas na área da saúde*, classificada como executada com insuficiência de dados atendendo à inexistência do número de unidades que aderiram ao protocolo.

Na **atividade nº 3** - *Criar um referencial de formação em MGF/C para as diferentes áreas de intervenção (educação, justiça, saúde, social/comunitária, cooperantes)* não foram identificadas, no relatório de execução da CIG, quaisquer ações concretizadas. Pelo que a mesma foi considerada como não executada.

A **subactividade nº 5.3** - *Realizar ações de formação para docentes de todos os níveis de ensino e formação técnico-profissionais de nível não superior, em particular docentes e coordenadores da área temática da educação para a saúde* foi

considerada com Ausência de Dados, pois embora tenham sido projetados dois instrumentos de formação, elaborados através da parceria entre o IIEFP e a APF, o Programa de Educação Sexual (para formadores), bem como um Kit pedagógico, nos quais constariam informação e conteúdos programáticos sobre MGF, não foi possível averiguar a sua aplicação.

#### **Medida 4 - Conhecer e Investigar**

É composta por cinco atividades e relaciona-se, principalmente, com o objetivo de promover a cooperação e iniciativas de investigação académica, no quadro da *advocacy* para os Direitos Humanos entre organizações internacionais e nacionais e prevenir a prática da MGF/C

Nº Atividade e Descrição	Quadro nº 8 Avaliação da Execução da Medida 4						Entidades efetivamente envolvidas <sup>25</sup>
	E <sup>20</sup>	PE <sup>21</sup>	EII <sup>22</sup>	NE <sup>23</sup>	AD <sup>24</sup>	Entidades envolvidas (de acordo com o IV PNI)	
1- Aprofundar o conhecimento da MGF/C		X				PCM/GSEI/CIG/ACIDI; MS/DGS; MCTES/FCT; Universidades/ Institutos de Investigação.	DGS; SEAPI
2 – Promover a realização de um estudo sobre MGF/C em Portugal através de um protocolo estabelecido entre a CIG e a FCT.			X			PCM/GSEI/CIG; SIIC; MCTES/FCT	(FCT e CIG)
3 – Realizar um Seminário Euro-África para a divulgação de boas práticas dos vários programas de eliminação e de abandono da MGF/C.				X		PCM/GSEI/CIG/ACIDI; MNE/ IPAD; MJ/DGPJ; MAI; MTSS/IEFP; MS/DGS; ME/ DGIDC; ONG; Organizações Internacionais.	
4- Promover a introdução faseada dos indicadores de monitorização de nº de casos de MGF/C em meninas, raparigas e mulheres em idade fértil.				X		MS/ DGS	DGS - PDS
5- Disponibilizar informação on-line e hiperligações sobre MGF/C.	X					PCM/GSEI/CIG/ACIDI; MNE/IPAD; MTSS; MS/DGS; ME/ DGIDC; MAI; MJ/DGPJ; ONG	(APF e UMAR); DGAI-MAI; CIG; UMAR; (DGPJ e APF); Inst.Camões; DGS

<sup>20</sup> Executada (E) - responde integralmente a totalidade dos indicadores contidos na medida

<sup>21</sup> Não Executada (NE) - não atende a nenhum dos indicadores pertencentes a medida.

<sup>22</sup> Executada com Insuficiência de Indicadores (EII) – quando os dados são insuficientes

<sup>23</sup> Parcialmente Executada (PE) - quando a medida não foi totalmente concretizada

<sup>24</sup> Ausência de Dados (AD) – quando não existem dados identificados

<sup>25</sup> As referencias que surgem (...) dizem respeito a parcerias

<b>Quadro 9 – Grau de Execução das Atividades da Medida 4 (Taxa Bruta)</b>		
<i>Grau Execução</i>	<i>Atividades / Medida4</i>	<i>% (aproximado)</i>
<i>Executada (E)</i>	1	20%
<i>Parcialmente Executada (PE)</i>	1	20%
<i>Executada com Insuficiência de Indicadores (EII)</i>	1	20%
<i>Não Executada (NE)</i>	2	40%
<i>Ausência de Dados (AD)</i>	0	0%
<i>Total</i>	5	100%

A medida 4 compreende um total de 5 atividades, estando executadas 60%, distribuídas por 1 atividade executada (20%), 1 atividade parcialmente executada (20%), 1 atividade executada com insuficiência de indicadores (20%) e duas atividades não executadas (40%).

A **atividade nº 5**. *Disponibilizar informação on-line e hiperligações sobre MGF/* considerada executada realizou atividades de divulgação da temática em sites associações e ONGs como a APF, Instituto Camões, UMAR e no site de organismos estatais como a CIG, DGAI, MAI e DGS.

Foi classificada como Parcialmente Executada a **atividade nº 1**. *Aprofundar o conhecimento sobre da MGF/C* devido à existência de respostas apenas para dois dos três indicadores, deixando sem resposta o indicador referente ao número de estudos desenvolvidos.

No âmbito desta atividade encontra-se descrita a participação da representante da DGS no “Estudo Europeu de Mapeamento da MGF nos 27 Países da EU e Croácia”, centralizado pelo EIGE; uma reunião em Londres na qual participou a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, tendo como finalidade a apresentação de uma Boa Prática sobre Mutilação Genital Feminina e a previsão, para o final de junho, da conclusão do relatório com recomendações sobre a atuação sobre MGF, produzido por um grupo de trabalho criado pela Comissão Nacional, sobre "práticas culturais que ofendem direitos da criança".

A **atividade nº 4**. *Promover a introdução faseada dos indicadores de monitorização de nº de casos de MGF/C em meninas, raparigas e mulheres em idade fértil*, foi classificada como não executada. Pode-se inferir nesta atividade uma certa incompatibilidade entre o público-alvo definido e o indicador, visto que o grupo que o indicador parece considerar são as meninas, raparigas e mulheres em idade fértil mutiladas ou em risco de MGF, no entanto público-alvo dessa atividade foi definido como sendo unicamente os profissionais de saúde. Por outro lado, segundo o relatório

de execução emitido pela CIG e a auscultação da DGS na sessão de trabalho não foram registrados casos de mulheres e raparigas mutiladas ou em risco.

### **A Medida 5 – Advogar,**

Composta por seis atividades, relaciona-se, principalmente, com o objetivo de reforçar os contributos de Portugal no Plano Internacional junto da Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Conselho da Europa, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Nações Unidas para desencorajar e prevenir a mutilação genital feminina e práticas associadas, no contexto dos direitos sexuais e reprodutivos, género, educação para o desenvolvimento e cidadania; incentivar e sistematizar mecanismos de diálogo intersectorial e ações específicas com o envolvimento entre sectores governamentais e as ONG ao nível nacional e internacional e prevenir a prática da MGF/C, foi a que encontrou o maior grau de execução, sendo classificada como cerca de 100% de atividades executadas.

<b>Nº Atividade e Descrição</b>	<b>Quadro nº 10 Avaliação da Execução da Medida 5</b>						
	<b>E<sup>26</sup></b>	<b>PE<sup>27</sup></b>	<b>EII<sup>28</sup></b>	<b>NE<sup>29</sup></b>	<b>AD<sup>30</sup></b>	<b>Entidades envolvidas (de acordo com o IV PNI)</b>	<b>Entidades efetivamente envolvidas<sup>31</sup></b>
1-.Realizar Seminários sobre a MGF/C	X					Grupo de Trabalho Inter-Sectorial sobre MGF/C.	UMAR; CIG; EPJ; (CIG e DGS); APF
2.Desenvolver estratégias e mecanismos de comunicação e <i>advocacy</i> junto de Organizações Nacionais, Europeias e Internacionais, nomeadamente aquelas com assento nos países onde a MGF/C se pratica.	X					PCM/GSEI/CIG, ACIDI, MS/DGS, MTSS IPAD, ME/ DGIDC, ONG, IPSS, OIG	(UMAR e CIG); DGS
3. Reforçar a manutenção dos acordos de cooperação bi e multilaterais que visam a promoção da entrada de meninas no sistema de ensino, numa perspetiva de continuidade, até completarem o ensino obrigatório.	X					MNE /IPAD, ME, ONG	Inst.Camões

<sup>26</sup> Executada (E) - responde integralmente a totalidade dos indicadores contidos na medida

<sup>27</sup> Não Executada (NE) - não atende a nenhum dos indicadores pertencentes a medida.

<sup>28</sup> Executada com Insuficiência de Indicadores (EII) – quando os dados são insuficientes

<sup>29</sup> Parcialmente Executada (PE) - quando a medida não foi totalmente concretizada

<sup>30</sup> Ausência de Dados (AD) – quando não existem dados identificados

<sup>31</sup> As referencias que surgem (...) dizem respeito a parcerias



4. Incentivar e fomentar o debate, a troca de experiências, a formação e a informação entre ONG Portuguesas e as de outros países	X					ONG	UMAR ; APF; (ONGD Portuguesas e ONGD Guiné-Bissau e Inst.Camões)
5. Promover um ambiente adequado ao desenvolvimento de projetos e ações de formação/sensibilização sobre Direitos Humanos, Direitos das Crianças, Saúde Materno-infantil, Direitos Sexuais e Reprodutivos e Doenças Sexualmente Transmissíveis, incluindo o VIH/SIDA, tendo em vista o abandono de todas as práticas tradicionais nocivas.	X					PCM/GSEI/CIG/ACIDI; MNE/IPAD; MTSS /IEPF; MS/DGS; ONG	(IPAD e Inst.Marquês de Vale Flor); IPAD; (APF e ONG Comité Nacional para o Fim das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança); DGS-ARS Alentejo e Algarve
6. Incentivar o debate e a informação relativa ao estatuto de Asilo / Refugiada para mulheres e meninas em risco de MGF/C, de acordo com os instrumentos internacionais que Portugal subscreve e a que se obriga, no contexto europeu.	X					MAI; MJ/DGPJ; Grupo de trabalho inter-setorial sobre MGF/C; ONG	APF

<b>Quadro 11 – Grau de Execução das Atividades da Medida 5 (Taxa Bruta)</b>		
<i>Grau Execução</i>	<i>Atividades / Medida 5</i>	<i>% (aproximado)</i>
<i>Executada (E)</i>	6	100%
<i>Parcialmente Executada (PE)</i>	0	0%
<i>Executada com Insuficiência de Indicadores (EI)</i>	0	0%
<i>Não Executada (NE)</i>	0	0%
<i>Ausência de Dados (AD)</i>	0	0%
<i>Total</i>	6	100%

O grau de execução das atividades da medida 5 foi de 100%, sendo de todas as medidas aquela que apresentou maior incidência de resposta positiva.

As ações, muito consistentes organizaram-se em torno de Seminários com intuito de sensibilizar, disseminar e realizar formação sobre mutilação genital feminina., uma conferência internacional que contou com a intervenção de Cristiana Scoppa (AIDOS) “Specialized support services for victims/survivors of female genital mutilation e ainda algumas ações pela DGS permitiram incluir Portugal como “case-study” no “Estudo Europeu de Mapeamento da MGF nos 27 Países da EU e Croácia. A UMAR apresentou o projeto DJINOPI – STOP Mutilação Genital Feminina na Guiné-Bissau (2010-2012), implementado na Guiné-Bissau desde 2001, cujo principal público-alvo são as meninas que ainda não sofreram a MGF.

Destaca-se igualmente a participação no Projeto Creat a youth network, que tem como objetivo de proteger jovens de práticas nefastas nomeadamente MGF e CF, através do empoderamento e capacitação de jovens rapazes e raparigas no sentido de promover mudanças nos seus pares e nas suas comunidades, contando com a colaboração de parceiros de nível internacional. O envolvimento do Instituto Camões num projeto, intitulado “Bambaram di Mindjer” que pretende melhorar o funcionamento e qualidade do serviço prestado pelos jardins-de-infância acompanhados, com vista à proteção e preparação das crianças, principalmente as do sexo feminino, guineenses, para o ensino básico, tendo sido abrangidas 1542 crianças em jardins-de-infância, de entre as quais 846 eram meninas; O Projeto de Capacitação dos Hospitais Regionais de Bafatá, Oíó e Gabú (Guiné-Bissau), nas valências de cuidados obstétricos e cirurgia e capacitação da rede de centros de saúde. Esta intervenção teve o apoio do FNUAP- Fundo das Nações Unidas para a População e dirigiu-se ao pessoal das estruturas de saúde com Cuidados Obstétricos e Neonatais de Urgência, em Bafatá, Oio (6) e Gabú (6), e a 85.200 mulheres em idade fértil nas duas regiões, com uma média anual estimada de 17.575 grávidas e o *Projeto Saúde para Todos*, em S. Tomé e Príncipe dirigido pelo Instituto Marquês de Valle Flôr em parceria com o IPAD, que consistiu na promoção de cuidados de saúde e na dinamização de ações de sensibilização nos domínios da saúde comunitária, incluindo o VIH.

Durante a **sessão de trabalho** realizada com uma amostra das entidades implementadoras dos Planos, questionou-se sobre a consequência da concretização das medidas e a possível melhoria no cenário da Igualdade de Género. Nesse sentido, as entidades parecem partilhar da opinião de que o tempo compreendido pelo Programa, (três anos), não é suficiente para averiguar de maneira perceptível o impacto das ações, verificando-se alguma dificuldade em apurar o impacto real junto do público-alvo do Programa.

Conclui-se, pois, que a avaliação recai sobretudo sobre o conjunto de dados quantitativos e a apreciação imediata dos sujeitos após a participação nas atividades. Contudo, a maioria das entidades relatou possuir algum sistema de avaliação das atividades, como parte das práticas internas ou com vistas a atender à exigência de um organismo externo, sendo essa avaliação enviada para a CIG quando solicitada.

### 2.3. Síntese da Execução

Uma apreciação geral ao grau de execução do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina permite concluir que o Programa foi implementado com uma taxa global de sucesso de 91%. Esta taxa foi calculada com base no somatório de todas as medidas que apresentaram algum grau de execução: isto é, medidas **Executadas** (68,9%), **Parcialmente Executadas** (5,7%), e aquelas que tendo sido concretizadas, foram reportadas de forma incompleta, ou seja, sem informação sobre a totalidade dos indicadores solicitados, tendo por isso sido classificadas como **Executadas com Insuficiência de Indicadores** (17,1%). Registou-se ainda uma percentagem de 8,6% de medidas **Não Executadas**.

Tendo por base a informação que nos foi disponibilizada verifica-se que a grande maioria das ações desenvolvidas nas cinco medidas do II PAEMGF assenta na tipologia *Formação*, tendo sido aqui contabilizadas 73 iniciativas. A segunda tipologia mais referenciada diz respeito a *Ações de Informação/Disseminação*, totalizando-se cerca de 46 iniciativas realizadas, seguida da categoria referente às *Ações de Regulamentação* com cerca de 17 iniciativas concretizadas. As três categorias com menor realização foram (por ordem decrescente): *Outras ações no Terreno* (14 iniciativas), *Ações de Sensibilização* (4 iniciativas); e *Ações de Avaliação/Monitorização* (1 iniciativa).

Um olhar transversal sobre o Programa permite uma leitura comparativa dos resultados obtidos nas cinco medidas que ele contém. Assim, foi possível identificar as medidas com maior e menor taxa de sucesso. Entre as mais bem-sucedidas, com taxas de concretização na ordem dos 100%, contam-se as medidas 1,2 e 5. No entanto, destas, apenas uma – a medida 5 – foi reportada de forma completa, isto é, com uma informação detalhada, que correspondia à totalidade dos indicadores solicitados. No extremo oposto encontra-se a medida 4 que registou o índice mais baixo de sucesso, de apenas 60%.

Por fim, uma última nota para assinalar as insuficiências detetadas no que diz respeito ao preenchimento dos indicadores. À exceção da já referida medida 5, todas as outras medidas do Programa contêm pelo menos uma atividade em que não foi reportada a totalidade da informação necessária. Esta situação agrava-se particularmente no caso da medida 1, onde a percentagem de atividades **Executadas com Insuficiência de Indicadores** atinge cerca de um terço do conjunto das

atividades previstas. Resultado que convida assim à reflexão, já que suscita questões, certamente relevantes, sobre o processo de monitorização deste Programa e o grau de envolvimento das entidades executoras, na seleção de indicadores pertinentes.

## 3. Dinâmicas Processuais

---

Com a análise das dinâmicas processuais procura caracterizar-se o fluxo de relações existentes entre as entidades envolvidas na implementação do II PAEMGF (2011-2013).

Uma vez que o II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina se enquadra no IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013) é importante compreender de que modo as dinâmicas processuais contribuíram para desenvolver e reforçar a coerência nas políticas e a complementaridade das ações.

Assim avalia-se a *montante* as relações entre as entidades intervenientes, situadas nos vários setores de intervenção e a CIG e a *jusante* as relações entre entidades intervenientes no Programa de Ação.

### 3.1. Dinâmicas Processuais a Montante

A análise da relação entre as entidades intervenientes no II PAEMGF (2011-2013) e a CIG permitiu verificar que, para além das entidades que integraram o Grupo de Trabalho Intersectorial sobre a Mutilação Genital Feminina, outras entidades - que integram o Conselho Consultivo da CIG - não participaram no processo de planeamento e elaboração do Programa de Ação. Do seu ponto de vista, os contactos que estabelecem com a CIG foram pouco frequentes e direcionados para a avaliação e financiamento das ações que desenvolvem.

Nas sessões de trabalho ficaram explícitas algumas críticas ao método de trabalho adotado pela CIG, gerador de pouco envolvimento das organizações não-governamentais. Um dos efeitos deste facto é, do ponto de vista das organizações não-governamentais, um desaproveitamento do seu conhecimento empírico ('no terreno') e desequilíbrio de poder (entre estruturas governamentais e Organizações da Sociedade Civil).

Assim, o primeiro ponto crítico nas dinâmicas processuais entre a CIG e as entidades intervenientes no Programa de Ação foi a participação limitada de entidades

acentuando o risco de não envolver entidades, cujos contributos poderiam ser úteis, no processo de planeamento e de implementação das atividades. O segundo ponto crítico identificado pelas entidades foi a inexistência de um processo de monitorização, com capacidade para promover a troca de experiências e a reflexão contínua acerca da Mutilação Genital Feminina. Daqui, segundo as/os interlocutoras/es das entidades, resultaria um conhecimento mais adequado que poderia ser usado antes da realização de novas ações e na alimentação do próximo Programa de Ação.

Em suma, estes dois pontos críticos confluem para a avaliação da existência de dinâmicas processuais pouco participadas ou restringidas a uma participação seletiva, pouco frequentes e pontuais, ou seja sem continuidade.

### ***3.2. Dinâmicas Processuais a Jusante***

A análise das relações interinstitucionais foca o modo como as diversas entidades articulam entre si para desenvolverem atividades previstas no Programa de Ação.

Da análise documental do relatório de execução do *II PAEMGF* (2011-2013) resulta que foram realizadas 41 parcerias na implementação do Programa. A Medida 1 “*Sensibilizar e Prevenir*” é a que apresenta maior número de ações realizadas em parceria, contrariamente à medida 2 “*Apoiar e Integrar*”, a que apresenta menor número de ações realizadas em parceria. A maior parte das relações de parceria são estabelecidas entre entidades não-governamentais.

As entidades intervenientes nas atividades definidas no Programa de Ação preferencialmente estabelecem parcerias com entidades que trabalhem especificamente as questões da Igualdade e Violência de Género. Estas relações interinstitucionais muitas vezes dão lugar a candidaturas às linhas de financiamento direcionadas para projetos na área temática da MGF.

A territorialização das ações é um fator que se destaca na análise do modo como as diversas entidades operacionalizam as atividades. A sua ação ocorre ao nível local permitindo chegar efetivamente à população-alvo, nomeadamente potenciais vítimas de violência de género, ou, mais especificamente, da prática de MGF.

A escola emerge como o contexto unanimemente considerado mais vantajoso para se desenvolverem ações de transmissão de informação e ações de

sensibilização. Face a isto verificou-se unanimidade por parte das entidades (governamentais e não-governamentais) para considerarem a Escola um parceiro privilegiado e frequente. Entre as entidades mais referidas na resposta ao inquérito como atuantes no âmbito local figuram as Escolas, as forças policiais, as associações locais, nomeadamente associações de imigrantes e/ou jovens voluntários em bairros. Estas entidades locais foram consideradas “*potenciais motivadores da mudança nas comunidades*”.

As autarquias municipais também surgem como atores privilegiados. Na sessão de trabalho foi possível aferir que o processo de trocas nas dinâmicas processuais entre Autarquias Municipais e outras entidades no desenvolvimento de atividades do Programa de Ação é biunívoca. Assim, as Autarquias Municipais procuram as organizações não-governamentais principalmente para a prestação de serviços de formação. As organizações não-governamentais e governamentais procuram trabalhar com as Câmaras Municipais no sentido de chegar à população local. Apesar de estas trocas se verificarem foi unânime a ideia de que deveria existir uma relação mais estreita entre as autarquias e outras entidades. Esta ideia foi justificada com recurso a dois argumentos: o da maior capacidade de divulgação e o da rentabilização dos recursos existentes no mesmo território. Daqui se deduz que a eficiência é a ideia central.

Menos frequentes, mas consideradas ações com grande interesse por alguns e algumas dos e das presentes na sessão de trabalho, foram as trocas com universidades. Estas trocas incluíram ações de sensibilização e/ou divulgação. Para além deste tipo de ações foram destacados: um caso de parceria com a Universidade Aberta assente numa lógica de *investigação-ação*. Esta ligação interinstitucional teve como objetivo elaborar um “Guia de Boas Práticas” destinado aos profissionais que trabalham a problemática da MGF. O segundo caso destacado foi a ligação ao Trinity College, com o objetivo de formar uma rede europeia de jovens ativistas em matéria de direitos humanos, educação e saúde sexual.

Os dados recolhidos através do questionário permitem caracterizar as relações interinstitucionais estabelecidas no âmbito do II PAEMGF (2011-2013) ainda que algumas delas surjam em sobreposição com ações no âmbito do IV PNI.

Os dados revelaram que as entidades governamentais são as mais mencionadas (representando 71,4%; 25 em 35). As trocas com estas entidades têm como fim o apoio no desenvolvimento de ações de implementação de medidas específicas de combate à MGF.

<b>Quadro n.º 12 – Entidades nomeadas como parceiros pelas entidades com ações no âmbito da violência de género</b>					
Âmbito das Parcerias	Tipo de Parceiros				
	Entidades Governamentais	Entidades Não-governamentais	Escolas	Total	
	N	N	N	N	%
Parceiros mencionados no âmbito do II PAEMGF (2011-2013)	7	1	0	8	22,9%
Parceiros mencionados no âmbito do IV PNI	1	2	0	3	8,6%
Parceiros mencionados no âmbito dos dois instrumentos	6	0	2	8	22,9%
Parcerias sem referência	11	5	0	16	45,7%
Total de parceiros	25	8	2	35	100,0%

Os dados refletem que as entidades que responderam ao inquérito privilegiam trocas institucionais com agentes de carácter governamental.

Na tabela seguinte apresenta-se a relação entre o tipo de atividades desenvolvidas com as entidades consideradas parceiros (pelas 9 entidades que responderam ao inquérito) e a finalidade, objeto ou conteúdos envolvidos nessas trocas.

<b>Quadro n.º 13 Tipo de atividades desenvolvidas com os parceiros nomeados por tipo de troca (N = 9)</b>									
Tipo de atividades	Tipo de Trocas								
	Informação	Informação Técnica	Investigação e Conhecimento	Promover o trabalho em rede	Apoio financeiro	Recursos Humanos	Recursos não especificados	NR	Total
Formação	0	2	2	0	0	0	0	1	5
Investigação e conhecimento	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Seminários e Conferências	1	3	1	0	0	1	0	0	6
Sensibilização / Informação	0	2	3	3	0	0	0	9	17
Produtos	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Projetos	1	2	3	0	3	0	3	0	12
Reuniões de parceria	0	1	1	3	0	0	0	0	5
Referenciação para apoio	0	1	0	0	0	0	0	0	1
NR	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	2	13	10	6	3	1	3	11	49



Entre as atividades desenvolvidas com os parceiros nomeados, foram referidas predominantemente ações de sensibilização e informação (com 17 referências), atividades ligadas ao desenvolvimento de projetos (com 12 referências). As restantes atividades foram referidas menos de 10 vezes.

Da análise do tipo de trocas entre entidades resulta que as trocas envolvem predominantemente informação técnica (com 13 referências) e investigação e conhecimento (com 10 referências). As restantes trocas referidas assumem uma expressão quantitativa residual, considerando um universo de 49 referências a atividades trocadas entre entidades. Mesmo assim vale a pena destacar que, em 6 situações, as trocas interinstitucionais se destinam a promover o trabalho em rede.

Quanto à avaliação do envolvimento dos parceiros nas trocas constata-se que a maior parte das entidades que responderam ao inquérito avaliaram o envolvimento dos outros (parceiros) como sendo muito empenhado.

A partir das respostas obtidas calculou-se a frequência das interrelações estabelecidas para o desenvolvimento de ações no âmbito do II PAEMGF (2011-2013) e/ou da Violência de Género (IVPNI), a média da avaliação sobre a capacidade de resposta dos outros parceiros e a média da avaliação do envolvimento.

<b>Quadro n.º14 – Médias das avaliações das entidades às relações de parceria (N=20)</b>					
Entidades mencionadas como tendo <i>Relações de parceria</i>	<b>Médias das Avaliações das entidades às relações de parceria</b>				
	<b>Média das Frequências de Colaboração</b>	<b>Média das Frequências de Trocas</b>	<b>Média da Avaliação da Capacidade de Resposta</b>	<b>Média da Avaliação do Envolvimento</b>	<b>Total</b>
<i>Ens. Sup.</i>	3,0	3,0	3,0	3,0	12,0
<i>IPSS/ONG</i>	3,0	3,0	3,0	3,0	12,0
<i>MNE</i>	3,0	3,0	3,0	3,0	12,0
<i>IPDJ</i>	2,0	3,0	3,0	3,0	11,0
<i>CNPCJR</i>	3,0	2,0	3,0	3,0	11,0
<i>ACIDI</i>	2,7	2,7	2,7	2,7	10,7
<i>DGS/MS</i>	2,8	2,8	2,5	2,5	10,5
<i>DGE/MEC</i>	3,0	2,5	2,5	2,5	10,5
<i>CM</i>	3,0	3,0	2,0	2,5	10,5
<i>Senjor</i>	2,0	2,0	3,0	3,0	10,0
<i>Escolas</i>	3,0	3,0	2,0	2,0	10,0

APAV	3,0	2,0	2,0	3,0	10,0
APF	2,0	2,0	2,5	3,0	9,5
CITE	2,0	3,0	2,0	2,0	9,0
SEAPI	3,0	2,0	2,0	2,0	9,0
EPJ	2,0	2,0	2,0	3,0	9,0
CIG	2,3	2,0	2,0	2,3	8,7
AIM	2,0	2,0	1,0	3,0	8,0
ISS	2,0	2,0	1,0	2,0	7,0
AC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

A tabela torna mais claro que os parceiros avaliados como aqueles com os quais as interrelações são mais satisfatórias (incluindo as variáveis colaboração, trocas, eficácia e empenho) são entidades do “*Ensino Superior*”, “*IPSS/ ONG*” e o “*Ministério dos Negócios Estrangeiros*” (*MNE*). Inversamente, as “*Associações de Imigrantes*” (*AIM*) e o “*Instituto da Segurança Social*” (*ISS*) foram as entidades globalmente classificadas de forma mais negativa, considerando o desenvolvimento de atividades em parceria.

Analisando o entendimento das entidades inquiridas em relação às vantagens e aos principais obstáculos a uma atuação desenvolvida em parceria conclui-se que para 44,4% (f=4 em 9) dos inquiridos o trabalho em parceria permite uma *maior e/ou melhor intervenção* e para 22,2% (f=2 em 9) um *aprofundamento de ligações para trabalhos futuros*. Quanto aos obstáculos, as 11 entidades que deram resposta a esta pergunta referiram a necessidade de um *maior entendimento sobre metodologias de articulação e/ou trabalho em rede* (54,5% f=6 em 11) e a necessidade de *maior sensibilidade das entidades para as áreas da Igualdade de Violência de Género* (18,2% f=2 em 11). Estes são os dois fatores considerados importantes para que a colaboração interinstitucional e o trabalho em parceria tenha melhores resultados.

Da avaliação das dinâmicas processuais características da implementação do II PAEMGF (2011-2013) conclui-se que a relação com a CIG tende a ser de tipo *burocrático*, marcada por um carácter pontual e orientada para o pragmatismo, ao ser desencadeada pelas necessidades sentidas por cada entidade. As entidades intervenientes no desenvolvimento das atividades do Programa de Ação foram unânimes no apelo a um maior envolvimento das entidades não-governamentais no processo de elaboração do Programa de Ação. Também se verificou unanimidade na identificação da necessidade de maior acompanhamento no desenvolvimento das atividades. A monitorização foi globalmente considerada uma competência da CIG.

As dinâmicas processuais que se geraram na ação privilegiaram parcerias entre entidades não-governamentais e à escala local, sendo as escolas, as autarquias e associações locais, os principais parceiros.



## 4. Sustentabilidade do Programa, Fraquezas, Forças, Ameaças e Oportunidades

---

### 4.1. Sustentabilidade

Neste subponto procura-se realizar uma avaliação da sustentabilidade, isto é, analisar a capacidade do instrumento estender os seus impactos efeitos de forma duradora, identificando quais os fatores que podem influenciar, positiva ou negativamente, essa mesma capacidade. Tendo por base a triangulação das diferentes fontes de informação utilizadas, bem como os resultados encontrados nas avaliações anteriores, foi possível obter uma sistematização e categorização da informação por “eixos de análise”, resultando numa avaliação global do II PAEMGF (2011-2013). Por fornecerem pistas para a compreensão do conjunto de riscos e obstáculos ao trabalho realizado em Igualdade e Violência Género, estes eixos de análise irão orientar a avaliação da sustentabilidade e SWOT deste instrumento nacional.

Desde logo, o próprio *processo de elaboração e acompanhamento* do II PAEMGF (2011-2013) poderá ser um constrangimento à sua aplicação e aos efeitos esperados. Aqui destaca-se o défice de participação das Organizações da Sociedade Civil no momento de elaboração do Programa. Na opinião das mesmas, este défice de participação levou a que algumas das medidas fossem simplesmente replicadas, sem se atender à sua efetiva pertinência. No mesmo sentido, a ausência de trocas de experiência e de uma monitorização contínua poderá fazer com que se aplique sistematicamente uma tipologia de intervenção, que na realidade não se revela ser a mais adequada. Paralelamente, a generalidade dos participantes auscultados durante as sessões de trabalho considerou que a coexistência de diferentes Planos e Programas<sup>32</sup>, pouco articulados entre si, poderá dar origem a uma repetição de medidas e a uma confusão sobre a intervenção esperada de cada ator. Em termos práticos, tal situação cria condicionalismos ao trabalho realizado, na medida em que promove a utilização repetida e sucessiva dos recursos, para atuar em temáticas que

---

<sup>32</sup> Referiam-se aqui ao IV PNI (2011-2013) e à R1325

sendo semelhantes, facilmente gerariam sinergias caso se seguisse uma outra estratégia de integração.

No processo de operacionalização do II PAEMGF (2011-2013) a exposição à agenda e ritmos políticos e o lugar da temática da Igualdade e Violência de Género na agenda política, ou até mesmo, a pouca informação e conhecimento técnico sobre estas temáticas, são também condicionantes da intervenção de cada organização. Neste sentido, apesar de considerar que a temática da Igualdade e Violência de Género não está na ordem do dia em termos de políticas públicas, trabalhar estas questões é já um dado adquirido para muitas das organizações, o remete para uma lógica de continuidade.

Salientando-se como uma das principais limitações à continuidade do trabalho em Igualdade e Violência de Género, é necessário repensar as condições objetivas do II PAEMGF (2011-2013), nomeadamente em termos da disponibilidade dos recursos financeiros e humanos. A este nível, são bem evidentes as dificuldades e/ou constrangimentos financeiros que as entidades envolvidas no Programa encontraram na execução do mesmo. Se por um lado as linhas de financiamento direcionadas a estas temáticas são encaradas como uma oportunidade para um trabalho permanente, por outro, a incerteza quanto à continuidade das mesmas que o atual contexto de crise económica levanta é considerada como uma possível limitação. A escassez e/ou inexistência de recursos humanos tecnicamente competentes no tratamento desta problemática poderá ser outro fator constrangedor, quer da realização de ações, quer da eficácia das mesmas. Veja-se o exemplo de algumas das Organizações da Sociedade Civil envolvidas que sentem a necessidade de recorrer ao trabalho voluntário para a implementação do Programa.

Uma outra dificuldade encontrada é o facto dos impactos e efeitos das medidas serem de difícil medição e, muitas vezes, só verificáveis a longo prazo; isto pode levar a que haja uma desvalorização da intervenção nesta área por parte das entidades financiadoras dos projetos. Neste caso, questões relacionadas com a prática de MGF e as com dificuldades acrescidas na sua deteção e de sensibilização necessitam ainda que haja um investimento em parcerias com organizações que conheçam e sejam reconhecidas pelas comunidades locais. A inexistência de um trabalho conjunto poderá por em causa a eficácia das ações desenvolvidas.

## **4.2. SWOT – Fraquezas, forças, ameaças e oportunidades**

Com o objetivo de sumariar a avaliação realizada no âmbito do II PAEMGF (2011-2013) e de dar apoio ao desenho de linhas de orientação futuras numa lógica prospetiva, foi efetuada uma análise SWOT. O reconhecimento de forças ou pontos fortes (*Strengths*), de fraquezas ou pontos fracos (*Weaknesses*) de oportunidades (*Oportunities*) e de ameaças (*Threats*) foi concretizado em diferentes níveis que se consubstanciam fundamentalmente numa visão global deste instrumento. Este ponto será assim estruturado segundo a lógica de uma análise SWOT e em função do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2011-2013) considerando três âmbitos de análise:

- 1) o processo de elaboração e acompanhamento;
- 2) a operacionalização;
- 3) efeitos ou impactos (capacidade de promover a mudança).

A síntese dessa análise apresenta-se no quadro abaixo, sendo posteriormente desenvolvida em pormenor.

(ÂMBITOS)	PONTOS FRACOS	(EIXOS DE ANÁLISE)	PONTOS FORTES
Processo de elaboração e acompanhamento do Programa	Pouco envolvimento na elaboração do Programa das entidades responsáveis pela execução das medidas (Ministérios, Municípios, Org. Sociedade Civil)	Metodologia de elaboração do II PAEMGF	
	Ausência de definição de uma entidade principal responsável pela implementação e monitorização de cada medida	Arquitetura do sistema de funcionamento do II PAEMGF	
	Pouca articulação entre o II PAEMGF e os Planos e Programas específicos (IV PNI e R1325)	Arquitetura + Metodologia	
Operacionalização do Programa	Exposição à instabilidade orgânica e orientações políticas (mudanças nos Ministérios)	Exposição à agenda e ritmos políticos	
	Desconhecimento da problemática da IG e VG, produtor de resistências internas à implementação das ações nas diferentes entidades responsáveis pela execução	Lugar da Igualdade e da Violência de Género e investimento em políticas públicas	Entidades e atores ganhos para a IG por ações anteriores, assegurando bons canais de comunicação (por ex. com a CIG ou outras entidades)
	Dificuldades das entidades ministeriais em articular no trabalho em parceria	Lugar + Condições	Boas práticas no trabalho em parceria ao nível local (Municípios e Org. da Sociedade Civil)
	Escassez de Recursos Humanos	Condições Objetivas	
Efeitos/ impactos	Impacto ou transformações na realidade só a longo prazo	Capacidade de promover a mudança	Impacto ou transformações visíveis na realidade
(ÂMBITOS)	AMEAÇAS	(EIXOS DE ANÁLISE)	OPORTUNIDADES
Processo de elaboração e acompanhamento do Programa	Pouco envolvimento de intervenientes que conhecem a cultura e têm poder de influenciar os grupos étnicos	Metodologia de elaboração II PAEMGF	Reformulação das Medidas
	Inexistência de plataformas de comunicação, parcerias ou trabalho em rede entre Organizações da Sociedade Civil, Ministérios e Municípios (perda de experiência, recursos e tempo)	Arquitetura + Metodologia de elaboração II PAEMGF	Existência de plataformas de comunicação, parcerias ou trabalho em rede entre Organizações da Sociedade Civil, Ministérios e Municípios (visão estratégica)
Operacionalização do Programa	Resistências externas (preconceito)	Lugar da Igualdade e da Violência de Género e investimento em políticas públicas	
	Incerteza quanto à continuidade das linhas de financiamento existentes	Condições Objetivas	Existência de financiamento específico (ex.: POPH)



- Fraquezas

A observação do II PAEMGF (2011-2013) a nível interno permite-nos realizar uma análise das *fraquezas* ou *pontos fracos*, traduzindo as principais desvantagens intrínsecas deste instrumento. Desde logo, no âmbito era do processo de elaboração e acompanhamento do Programa verificam-se algumas fragilidades, quer em termos da metodologia usada na sua produção, quer em relação à arquitetura do seu sistema de funcionamento.

O pouco envolvimento das entidades responsáveis pela execução das medidas na elaboração do Programa, poderá desde logo, ser considerado como uma fraqueza. Na perspetiva de um/a dos/as intervenientes *“cada Programa deverá ser elaborado de forma a escutar os parceiros (...) assim será mais fácil a implementação”*. Esta noção vai ao encontro da necessidade de um conhecimento profundo da realidade antes de se traçar uma linha de ação. O mesmo pode ser constatado na ideia expressa de que *“mesmo na elaboração dos Planos devem ser consultados os líderes guineenses. Tem-se que valorizar as pessoas que podem ajudar (...)”*.

Também a ausência de uma entidade responsável pela implementação e monitorização contínua de cada medida foi sentida pelos sujeitos avaliados como uma fragilidade, cujas repercussões ocorrem a diversos níveis. Um/a representante de uma Organização da Sociedade Civil referiu que deveria existir um processo de avaliação contínua para verificar o impacto geral das atividades, que validasse a pertinência da sua continuidade. Para ele/a, tal deveria estar refletido na elaboração dos Planos e/ou Programas Nacionais, de forma a *“não se repetirem medidas só por parecerem interessantes”*. Analogamente, algumas das Organizações da Sociedade Civil presentes nas sessões apresentaram como dificuldade de implementação do II PAEMGF (2011-2013) o facto de não existir articulação entre os Planos e Programas, referindo que assim, *“acabamos por ter respostas comuns aos vários Planos, ou seja utilizamos os recursos várias vezes”*, reforçando ainda que,

*“ (...) os Planos parecem uma manta de retalhos e não se tem a clareza para qual dos projetos se esta a concorrer. Haverá necessidade de articulação entre Planos”*.

Também um/a representante do poder estatal referiu que,

*“no momento da construção do V Plano Nacional deverá estar clarificado o que cabe a cada um dos Programas, caso contrário entra-se numa zona de sobreposição que dificultará o processo de avaliação e a capacidade de dar respostas no terreno”*.

No âmbito da operacionalização deste Programa Nacional constataram-se também várias fragilidades. A elevada exposição à instabilidade orgânica e das orientações políticas, num período caracterizado especialmente por grandes flutuações, constituiu um obstáculo à concretização das ações neste âmbito. Um/as dos/as representantes de uma Organizações da Sociedade Civil chamou a atenção para o facto da continuidade de novos projetos não depender apenas de financiamento. Antes disso, seria necessário que a temática continuasse a estar presente nos Programas Nacionais. Com efeito, o lugar periférico que a temática da *Igualdade e Violência de Género* ocupa nas políticas públicas constituiu uma fragilidade substantiva para os sujeitos avaliados. Um/a dos/as representantes de uma organização governamental considerou “o *empenho político*” como sendo também uma das componentes em jogo. A menor prioridade concedida a estas questões é frequentemente combinada com algum desconhecimento ou informação desadequada sobre o assunto, que poderá ter produzido resistências internas à implementação de ações nas diferentes entidades responsáveis pela execução. Um/a outro/a dos/as participantes, também de uma Organizações da Sociedade Civil, salientou ainda a necessidade de maior autonomia para *retrabalhar as informações* produzidas pela CIG, sobretudo por considerar que os referenciais de sensibilização existentes são inadequados ao público-alvo.

Tal como já ficou evidente nos pontos fracos referidos, verificou-se uma diminuta capacidade das entidades governamentais em convocar outros atores para o trabalho em parceria. No seu discurso, alguns/mas dos/as representantes de Organizações da Sociedade Civil referiram que seria vantajoso o estabelecimento de parcerias com as organizações governamentais, mas que nem sempre existe essa facilidade. Veja-se o caso das escolas, onde o trabalho realizado em parceria com Organizações da Sociedade Civil tem vindo a assentar numa base informal. Na opinião de um/a dos/as representantes, presente nas sessões de trabalho, o estabelecimento de um vínculo formal iria permitir “a *continuidade*” das iniciativas promovidas pelo Ministério da Educação e Ciência, num maior período de tempo<sup>33</sup>. Em paralelo, um/a dos/as representantes de uma Organizações da Sociedade Civil referiu que apesar de trabalhar com as autarquias, é sempre numa lógica de Rede Social, e que muitas vezes o poder local “*dispensa as ONG’s e o trabalho realizado por estas*”. Salientando que, pelo contrário, para a implementação das ações seria importante o trabalho em rede pois “*a CIG também não pode fazer tudo*”.

---

<sup>33</sup> Este exemplo também foi dado na avaliação SWOT ao IV PNI

A necessidade de condições objetivas para implementar as medidas vigentes no II PAEMGF (2011-2013) foi sentida por diversos/as representantes das entidades governamentais e Organizações da Sociedade Civil. Designadamente, um/a representante de uma organização governamental referiu que os recursos financeiros não se traduzem em recursos humanos e que tem contado com três técnicos/as a tempo inteiro e outras colaborações esporádicas; mesmo assim, referia, “*torna-se complicado abarcar todas as áreas*”. Um/a outro/a representante de uma Organização da Sociedade Civil referiu também o recurso frequente ao trabalho voluntário para aplicar as medidas. Estas fraquezas repercutem-se claramente no âmbito dos impactos, dificultando a concretização de mudanças visíveis e efetivas. Não será por isso de estranhar que a maior parte dos/as participantes nas sessões de trabalho tenha mencionado a dificuldade em avaliar o impacto das ações realizadas. Um/a dos/as presentes, de uma Organização da Sociedade Civil, referiu que este tem sido um processo “*muito difícil e moroso*” acabando por desistir. No mesmo sentido, um/a outro/a participante, igualmente de uma Organização da Sociedade Civil considerou que a organização é “*...pouco exigente sobre a medição do impacto que a ação teve na vida das pessoas. Avaliamos o impacto da apreciação momentânea na saída de uma ação de sensibilização*”. A esta dificuldade acresce o facto de “*(...) alguns dados relativos à MGF serem difíceis de conseguir, (quantas mulheres foram submetidas, etc.)*”.

Em suma, constatou-se que há um conjunto significativo de fragilidades, que vão desde o processo de elaboração deste Programa Nacional à medição dos seus resultados, encontrando-se as diversas combinações destas fraquezas patentes no discurso dos sujeitos avaliados.

- Forças

A análise das *forças* ou *pontos fortes* traduziu-se numa sistematização das vantagens implícitas na existência e implementação de um instrumento para a *Igualdade e Violência de Género* sugeridas pelos diversos participantes das entidades governamentais e Organizações da Sociedade Civil.

Em termos do trabalho em parceria foi constatado que, apesar dos obstáculos identificados anteriormente, algumas entidades têm vindo a conseguir articular-se para a realização de ações conjuntas. Sobre a participação das Organizações da Sociedade Civil versus centralização do Estado na implementação do II PAEMGF (2011-2013), um/a dos/as representantes das Organizações da Sociedade Civil



Centro Interdisciplinar de Estudos de Género

considerou mesmo que “*essa realidade já melhorou muito*”, e que tem sido o reconhecido o mérito das Organizações da Sociedade Civil no terreno, nomeadamente permitido ao Estado chegar às pessoas, através de uma articulação estreita com estas entidades. No entanto, este representante referiu que nem todos os Ministérios olham para as entidades Organizações da Sociedade Civil da mesma forma, sendo uns mais abertos ao trabalho em parceria, do que outros. Não obstante, a existência de um grupo de trabalho possibilitou o estabelecimento de sinergias e de aprendizagens (formativas até) entre parceiros de diversas entidades, resultando num ponto forte importante no âmbito da operacionalização deste Programa Nacional. Um/a dos/as representantes destacou neste âmbito que a plataforma criada foi um importante meio de partilha e que as *ações foram realizadas com identidade própria mas em conjunto*.

Além disso, ainda que a opinião geral dos sujeitos avaliados conflua na inexistência de resultados visíveis, em alguns casos foi possível medir os efeitos das ações promovidas. Destaca-se o caso de um/a dos/as participantes nas sessões de trabalho, que mencionou ser uma prática corrente na avaliação das ações promovidas pela sua organização identificar pontos fortes e fracos, tendo sido possível observar a “*mudança de atitudes de alguns jovens participantes*” em projetos escolares sobre a temática da violência.

- Ameaças

Tendo por referência o contexto envolvente à elaboração e implementação do IV PNI a análise dos aspetos negativos permite perceber quais os riscos subjacentes, ou por outras palavras, quais as ameaças à continuidade das ações desenvolvidas e aos resultados esperados.

Desde logo, no momento de elaboração e acompanhamento do Programa são detetadas ameaças subjacentes à metodologia de elaboração do II PAEMGF (2011-2013), na medida em que este tende a ser um processo pouco participado pelos atores intervenientes na implementação. É reconhecido pelos participantes nas sessões de trabalho, que na implementação do PEAMGF, estando-se a tratar de um assunto com contornos culturais específicos, é imprescindível a realização de ações pelos/com os membros das comunidades. Um/a dos/as participantes, representante de uma Organizações da Sociedade Civil, afirma mesmo, que “ (...) *as mulheres são pouco educadas e não querem conversar sobre o assunto. É um tabu. (...) o tema é muito sensível e as pessoas não são respeitadas na base (...)*”. Ou seja, uma intervenção realizadas por alguém que vem de “fora” poderá por em causa o sucesso



Centro Interdisciplinar de Estudos de Género

da mesma. Paralelamente, admitiu-se que a inexistência de plataformas de comunicação, parcerias ou trabalho em rede poderá dar origem a uma perda de experiência, recursos e/ou tempo. Alguns dos presentes nas sessões de trabalho, nomeadamente os que provinham de Organizações da Sociedade Civil, expressaram a sua dificuldade em estabelecer parcerias com entidades governamentais, considerando no entanto que tal seria fundamental para “(...) *conjugar o trabalho de uma forma mais integrada*”. No mesmo sentido, outro interveniente considera que existe “ (...) *pouca visão estratégica, havendo um desdobrar de recursos que é desnecessário (...)*”, salientando que seria de extrema importância o trabalho conjunto entre autarquias e Organizações da Sociedade Civil.

Na operacionalização do Programa o lugar ainda periférico da *Igualdade e Violência de Género* nas políticas públicas é visto como uma ameaça à continuação do trabalho realizado, já que poderá pôr em causa o investimento nesta área. Por exemplo, um/a dos/as presentes, representante de uma Organizações da Sociedade Civil considera que,

“ (...) *a Igualdade de Género não está na ordem do dia (...) ainda não é concebível enquanto cidadania plena e enquanto assim for ainda há muito caminho a percorrer*”.

Nesse sentido, considera importante a existência de Planos e Programas Nacionais, para que haja uma continuação do trabalho desenvolvido até aqui. Ainda ao nível da operacionalização do Programa, as condições objetivas da sua implementação, inerentes à incerteza da continuidade das linhas de financiamento existentes, apresenta-se como possível obstáculo no futuro. Salienta-se por exemplo, o testemunho de uma das Organizações da Sociedade Civil auscultadas, que referia que no diagnóstico anterior à implementação das atividades considerava sempre dois pontos: por um lado as necessidades das pessoas, por outro, os financiamentos disponíveis. A ausência dos mesmos põe em causa a resposta adequada aos problemas diagnosticados no terreno.

- Oportunidades

Por fim, continuando a ter por referência o contexto envolvente à elaboração e implementação do instrumento, a análise das oportunidades procura identificar os aspetos positivos e potencialidade inerentes à continuidade do trabalho desenvolvido e dos resultados alcançados.

Sendo atualmente um dos principais pontos fracos, o processo de elaboração e acompanhamento do Programa poderá vir a tornar-se uma oportunidade, caso exista uma alteração à metodologia atualmente aplicada, e uma necessária reformulação das medidas. Na opinião de um/a dos/as representantes de uma Organização da Sociedade Civil, existe uma distinção clara entre o Estado, que faz as leis, e os parceiros que as implementam, neste caso concreto, as Organizações da Sociedade Civil. Considerava ainda que, no futuro, cada Programa deverá ser elaborado de forma a auscultar os parceiros, o que garantiria uma mais fácil implementação das ações. No mesmo sentido, a promoção de uma plataforma de comunicação entre parceiros e uma visão estratégica de trabalho em rede aparecem sistematicamente como oportunidades para a obtenção de melhores resultados.

Em várias sessões de trabalho foi sugerida a construção de uma plataforma que possibilite a partilha de conhecimentos, promovendo o contacto entre as entidades executoras, não só no momento de elaboração, mas ao longo da implementação do Programa. Tal como já foi referido, esta possibilidade permitiria uma maior racionalização dos recursos, assim como também uma intervenção mais direta àquelas que são as necessidades locais.

No campo das condições objetivas de implementação do Plano, apesar de se poder revelar como uma ameaça, a continuidade de financiamentos específicos, nomeadamente no âmbito do POPH ou de outros Programas alimentados por fundos comunitários, apresenta-se como uma oportunidade à continuidade do trabalho desenvolvido até ao momento. Nas sessões de trabalho com Organizações da Sociedade Civil percebeu-se, que apesar da necessidade de adaptar as suas ações aos formatos pré-definidos pelos financiamentos, grande parte do trabalho realizado só foi possível pela existência destes fundos, direcionados a estas temáticas.

Perante a análise realizada anteriormente, é possível constatar que as fraquezas e ameaças podem ser transformadas em pontos fortes e oportunidades no âmbito da elaboração e execução deste instrumento nacional, traduzindo-se numa maior capacidade de produzir mudanças na realidade. Em primeiro lugar, o reconhecimento de uma capacidade de resposta ao trabalho em parceria poderá colmatar o maior desconhecimento, falta de informação ou escassez de recursos humanos identificados.

A emergência de um grupo de trabalho parece ser neste contexto um importante ponto de partida, cujo reforço não dever ser descurado. Por outro lado, a oportunidade de reformular e adequar as medidas constantes no II PAEMGF (2011-



2013) beneficiará com o maior envolvimento de intervenientes conhecedores de outras culturas, com poder de influência para transformar comportamentos e atitudes favoráveis às práticas de MGF, combatendo assim os preconceitos e resistências externas existentes. De forma conclusiva, verifica-se que a aposta num processo mais participado e articulado entre as diversas entidades no decurso da elaboração e acompanhamento deste Programa Nacional poderá contribuir fortemente para a superação dos obstáculos encontrados. Para os sujeitos avaliados, a existência do II PAEMGF (2011-2013) constitui em si mesma uma oportunidade, sendo o investimento desta temática nas políticas públicas uma necessidade premente, na medida em que dele depende a continuidade das ações promovidas.





## 5. Conclusões

---

O II Programa de Ação traduz uma vontade política de agir no combate à persistência de práticas nefastas, incluindo a mutilação genital feminina e o corte de genitais. A visibilidade e consolidação desta vontade política são demonstradas no II Programa de Ação que acentua as finalidades já enunciadas no I Programa de Ação. Face a isto considera-se que o incremento qualitativo seria introduzido com a transição de um Programa de Ação para um Plano Nacional de Ação contra práticas tradicionais nefastas, incluindo a mutilação genital feminina.

O II Programa de Ação situa, de forma clara, a atuação do Estado português no quadro dos Direitos Humanos, em particular direitos humanos das mulheres.

O II Programa de Ação é, aliás, mencionado em documentos internacionais como um bom instrumento de políticas públicas e a terminologia usada, o enquadramento do problema e a definição das finalidades estão em linha com as principais orientações de organismos e Programas Internacionais (como a ONU, OMS, OHCNR, PNUD, UNESCO, UNICEF, UNIFEM).

Os três eixos de atuação sobre este problema são: dar-lhe visibilidade para sobre ele atuar, adequar a ação às variações de cariz cultural, étnico e de contexto (quer em relação à origem de imigrantes, quer em relação à sua comunidade de inserção em território nacional), e intervir indo ao encontro da dimensão pessoal, junto de quem encontra nas práticas tradicionais racionalidade lógica, junto de quem é submetido às mesmas e junto de quem quer recusar ser submetido às práticas tradicionais nefastas mas tem, ao mesmo tempo, que lidar com contradições e constrangimentos éticos e/ou morais.

Uma questão levantada face à execução deste Programa assenta no processo de monitorização do mesmo e no fraco envolvimento das entidades executantes na sua concretização, na seleção dos indicadores.

Ao nível das dinâmicas processuais identificaram-se alguns pontos relevantes, que dizem respeito à relação das entidades envolvidas no grupo de trabalho deste Programa de Ação com a CIG, sendo esta de tipo burocrático e de carácter pontual, desencadeada apenas por necessidades das mesmas entidades, atribuindo estas à CIG, a competência de monitorizar da implementação do Programa de Ação. Emerge

ainda a necessidade de um maior envolvimento das entidades não-governamentais no processo de elaboração deste Programa. Como parcerias privilegiadas estas surgem à escala local, estabelecidas entre as entidades não-governamentais com as escolas, autarquias e associações locais. Contudo identificou-se como fundamental a parceria das várias entidades executantes do grupo de trabalho com organizações pertencentes a comunidades locais e comunidades migrantes, sobretudo oriundas de países onde a prática da MGF persiste.

Constatou-se que o défice de participação das Organizações da Sociedade Civil na elaboração do Programa resultou por vezes em medidas replicadas. A ausência de troca de experiências e de uma monitorização contínua traduziu-se em alguns casos numa tipologia de intervenção pouco adequada. A coexistência de diferentes Planos e Programas pouco articulados pode levar à repetição de iniciativas, à confusão sobre a intervenção de cada ator e ao desperdício de recursos. Destacando-se como um dos principais pontos fracos, concluiu-se que o processo de elaboração e acompanhamento do programa poderá vir a tornar-se, caso exista uma alteração a metodologia atualmente aplicada, e uma necessária reformulação das medidas. Por outro lado, considerou-se importante a existência de uma plataforma de comunicação entre parceiros, bem como a definição de uma visão estratégica de trabalho em rede para a troca de boas práticas e maior racionalização dos recursos. O grupo de trabalho pode constituir um importante ponto de partida para a dissolução dos constrangimentos atuais e potenciação dos elementos facilitadores, cujo reforço não deve ser descurado.

O fato de existir um Programa de Ação que visa a eliminação de uma prática tradicional nefasta como a mutilação genital feminina que atenta contra os direitos humanos fundamentais é por si só uma oportunidade. Urge investir nas políticas públicas nesta temática, pois deste investimento depende a continuidade das ações promovidas.

## 6. Recomendações e Linhas de Orientação Futura

---

A transição de um I Programa de Ação para um II Programa de Ação manifesta uma vontade política de melhorar as políticas públicas no reconhecimento pelos Direitos Humanos, incluindo a liberdade, autodeterminação, igualdade e não-discriminação. A eliminação da mutilação genital feminina entre outras práticas tradicionais nefastas pode e deve ser aprofundada.

Avaliação do II Programa de Ação suscita algumas recomendações:

1. Um Plano Nacional, mais amplo do que um Programa de Ação permitiria integrar melhor os eixos de atuação, complexos e exigentes. Por outro lado, um Plano de ação representaria uma melhoria significativa por ter objetivos definidos de forma clara e mensurável, definidos em metas e passíveis de serem avaliados – quer no plano cronológico ou temporal, quer no plano de uma avaliação de processo, minimizando o risco de desvalorização da intervenção na área.
2. Melhorar a correspondência entre objetivos, medidas e atividades ou ações e definir os indicadores de avaliação distinguindo entre avaliação de processo e avaliação de impacto.
3. Envolver os agentes da Administração Pública (central e local) e da sociedade civil no processo de planeamento, implementação e avaliação contínua (monitorização do Plano) integrando medidas, ações e atividades em curso e que se revelam boas práticas ou práticas promissoras.
4. Reforçar a participação na elaboração do Programa de atores ligados a ONG provenientes de países onde a MGF é prática tradicional aceite com o objetivo de adequar o mais possível o instrumento de ação à terminologia usada nos contextos socioculturais e à interpretação das práticas (MGF, corte dos genitais e outras) pelas populações.

5. Disseminar amplamente os resultados da avaliação do II Programa de Ação devolvendo aos participantes nesta avaliação o resultado da sua colaboração neste processo.

6. Ir ao encontro dos fundamentos para a Intervenção Nacional na prevenção da MGF/C previstos no II Programa de Ação e envolver efetivamente o conjunto de sectores de Intervenção definidos no Programa envolvendo no processo de implementação de medidas agentes ausentes do II Programa de Ação, designadamente ordens profissionais (por exemplo a Ordem dos Médicos, Ordem dos Enfermeiros, Ordem dos Advogados, Ordem dos Magistrados do Ministério Público), entidades representantes de outros Estados soberanos (com destaque para Embaixadas e Consulados) e/ou agentes de intervenção social (por exemplo nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e nas equipas de acompanhamento de processos de rendimento social de inserção – justificando-se pela sua proximidade às famílias e conhecimento de práticas tradicionais).

7. Identificar os principais obstáculos subjacentes à não utilização em pleno de mecanismos criados e desenvolvidos no âmbito do II Programa de Ação, com destaque para a Plataforma de Dados em Saúde, destinada à notificação e registo de casos e para as linhas telefónicas de apoio/emergência nos domínios da Saúde, da Imigração, da Sexualidade e do combate à Violência. Esta recomendação permite lidar com a desmotivação manifestada por alguns representantes (de Ministérios e Organizações da Sociedade Civil) dando conta do esforço efetuado e do resultado efetivamente produzido (ambos os sistemas à data da realização deste estudo de avaliação tinham 0 casos registados). Refletir acerca da possibilidade e das vantagens de notificação de casos na Plataforma de Dados em Saúde mantendo o anonimato das mulheres e raparigas e protegendo os médicos em relação ao dever de sigilo a que estão obrigados.

8. Incentivar o estudo das práticas tradicionais nefastas atentatórias dos direitos humanos melhorando o conhecimento de factos/casos e a compreensão do fenómeno abarcando a sua complexidade e diversidade sociocultural.

## 8. Referências Bibliográficas

---

Capucha, Luís, Almeida, João Ferreira de, Pedroso, Paulo e Silva, José A. Vieira da. (1996). Metodologias de avaliação: o estado da arte em Portugal. *Sociologia - Problemas e Práticas*. **22**: 9-27

Guerra, Isabel (2000) *Fundamentos e processos de uma Sociologia da Acção: o planeamento em Ciências Sociais*. Lisboa: Principia

[http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/II\\_Programa\\_Accao\\_Mutilacao\\_Genital\\_Feminina.pdf](http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/II_Programa_Accao_Mutilacao_Genital_Feminina.pdf)

II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (Execução do 1º Semestre de 2013)

II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina - Relatório Intercalar de Execução 2012

II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina - Relatório Intercalar de Execução 2011



## 9. ANEXOS

---





### **9.1.ANEXO 1**

Guião orientador da discussão na sessão de trabalho Temática – Violência e  
Relações Internacionais





Centro Interdisciplinar de Estudos de Género

## **Guião orientador da discussão na sessão de trabalho Temática – Violência e Relações Internacionais**

1. O que foi feito no âmbito da Violência de Género e/ou da Relação e Cooperação Internacional para a Igualdade de Género?
  - 1.1. Quais os públicos-alvo?
  - 1.2. Foram realizadas ações em parceria? Que tipo de ações?
  - 1.3. As ações desenvolvidas seguem as orientações de um ou mais planos/programa referenciados abaixo?
    - IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-discriminação – IV PNI (2011-2013);
    - II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina – II PEAMGF (2011-2013);
    - Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas nº 1325 – R.1325 (2009-2013).
  - 1.4. Quais os elementos facilitadores e as dificuldades que sentiram na implementação das ações?
  - 1.5. Quem são os responsáveis pela planificação e implementação das medidas no âmbito do IV PNI? E, se aplicável, no âmbito da II PAEMGF e/ou R.1325?
2. Durante o desenvolvimento das ações no âmbito dos planos (IV PNI / II PAEMGF / R.1325) houve contacto com a CIG? Para que fins?
  - 2.1. A CIG foi chamada no momento da formulação dos referidos planos?
3. Foi feita uma avaliação dos resultados obtidos?
  - 3.1. Se sim, em que medida as ações desenvolvidas determinam uma melhoria do cenário da igualdade de género? E, se aplicável, em que medida as ações desenvolvidas influenciam uma melhoria nas questões ligadas ao II PAEMGF e/ou à R. 1325? Considera que existe uma efetiva mudança nos públicos-alvo?
  - 3.2. Considera que as medidas definidas no IV PNI, no II PAEMGF e na R. 1325 respondem às reais necessidades sentidas nestes domínios. Existe uma necessidade de adaptar os planos?



Centro Interdisciplinar de Estudos de Género

4. Existem condições para a manutenção das ações no âmbito do IV PNI? E, se aplicável, existem condições para a manutenção das ações no âmbito do IV PAEMGF e/ou R.1325?

5. Refira-nos ainda aspetos positivos e negativos, potencialidades e obstáculos no cumprimento dos planos (IV PNI / II PAEMGF / R.1325):

- 5.1. A nível interno (ex.: disponibilidade de recursos.)
- 5.2. A nível externo (ex.: ações de sensibilização dirigidas à população.)

## **9.2.ANEXO 2**

### Guião de Entrevista a Atores Privilegiados



## GUIÃO DE ENTREVISTA

### 1| Visão sobre o PNI enquanto instrumento político

#### 1.1.

Tendo em conta a sua experiência e olhar atento, bem como o fato de neste momento estarmos a avaliar o IV PNI (havendo já enorme experiência acumulada), como avalia a importância da existência deste Plano Nacional?

(Tendo em especial atenção do IV PNI)

- É pertinente e adequa-se à realidade sobre a qual pretende intervir?
- Tem tido os resultados e os impactos esperados, nomeadamente ao nível da transformação da realidade?
- Continua a ser pertinente?
- O que mudaria?
- Se pudesse, que áreas estratégicas/objetivos/medidas introduziria no IV PNI? E no II PAEMGF
- Quais os pontos fracos e fortes?
- Quais as ameaças e oportunidades?

#### 1.2.

O fato de estarmos neste momento no final do IV PNI e do II PAEMGF possibilita uma visão histórica sobre este instrumento. Neste sentido:

- Como avalia os sucessivos PNI? Neste quadro histórico, o que pensa do IV PNI? O que poderia ter sido feito de diferente no IV PNI?
- Haverá alterações substantivas na abordagem ao tema e na definição de áreas estratégicas, objetivos e medidas concretas?
- Em que medida os sucessivos PNI e PAEMGF contribuíram para uma melhoria do cenário da Igualdade de Género em Portugal?

#### 1.3.

Dado o atual cenário político e financeiro nacional e internacional, que condições percebe existirem para a manutenção das práticas elaboradas e implementadas em matéria de Igualdade de Género? Quais as perspetivas futuras? (ampliação; retração; manutenção).



Centro Interdisciplinar de Estudos de Género

## 2| Elaboração do IV PNI

### 2.1.

(**NOTA:** esta pergunta é feita a presidente da CIG responsáveis por versão anteriores do PNI e permitirá entender se alguns dos problemas que se começam a detetar no IV PNI são recorrentes e persistem do passado)

Dadas as responsabilidades que assumiu enquanto Presidente da CIG terá certamente uma visão única sobre o processo de elaboração dos PNI. Nesse sentido, gostaríamos de saber como foi, na altura, organizado o processo de elaboração do IV PNI.

De forma mais concreta:

- Quais as principais dificuldades e elementos facilitadores encontrados ao longo deste processo?
- Qual a importância das orientações definidas a nível político (gabinetes ministeriais e sec. estado) na formulação do IV PNI?
- O desenho do IV PNI teve por base algum diagnóstico ou pré-diagnóstico? Como foi elaborado?
- Ou o IV PNI foi elaborado como uma resposta a compromissos políticos nacionais e internacionais?
- Qual a importância da avaliação de anteriores PNI? De que forma avalia a integração de recomendações constantes nessas avaliações?

### 2.2.

(**NOTA:** apenas para os envolvidos no IV PNI e no II PAEMGF)

Tendo estado diretamente envolvida no processo de elaboração do IV PNI, gostaríamos de perceber concretamente:

- O que esteve na origem da definição das áreas estratégicas/objetivos/medidas?
- O elevado número de medidas resulta de necessidades diagnosticadas sectorialmente ou terá sido uma estratégia de dar visibilidade à Igualdade de Género em diferentes sectores?
- Olhando para trás o que faria de diferente:
  - No processo de elaboração do IV PNI e do II PAEMGF? Porquê?
  - Nas opções estratégicas do IV PNI e do II PAEMGF? Porquê?





Centro Interdisciplinar de Estudos de Género

### **3| A importância de outros atores e stakeholders na elaboração do IV PNI e do II PAEMGF.**

- Como caracterizaria a relação da CIG com outros stakeholders durante a elaboração do IV PNI e do II PAEMGF?
  - Quais as principais dificuldades e elementos facilitadores encontrados nessa articulação?
  - Qual o papel dos diferentes ministérios no processo de elaboração do IV PNI e do II PAEMGF?
  - Qual o papel das autarquias no processo de elaboração do IV PNI e do II PAEMGF?
  - Qual o papel das organizações da sociedade civil no processo de elaboração do IV PNI e do II PAEMGF?
- São as universidades/investigadores chamados a participar neste processo? Acharia importante a sua integração nesta fase de formulação do IV PNI e do II PAEMGF?
- Tendo por base a sua experiência neste processo, seria importante uma maior proximidade e efetividade destes ou outros stakeholders na elaboração do IV PNI e do II PAEMGF? De que forma se poderia agilizar essa participação?

### **4| Execução do PNI**

#### **4.1. Reportando à sua experiência enquanto presidente da CIG:**

- Como avaliaria o papel da CIG na formulação, no acompanhamento e na avaliação do PNI?
  - Quais as principais dificuldades na execução da missão da CIG enquanto entidade coordenadora do PNI (formulação, acompanhamento e avaliação)?
  - Quais os pontos fracos e fortes (formulação, acompanhamento e avaliação)?
  - O que é necessário mudar (formulação, acompanhamento e avaliação)?
- Como caracterizaria relação com outras entidades envolvidas na execução do IV PNI (ministérios, outros organismos do estado, autarquias, ONG, etc.)?
  - Quais as principais dificuldades e elementos facilitadores encontrados nessa articulação?
  - Qual o papel dos diferentes ministérios?



- Qual o papel das autarquias?
- Qual o papel das organizações da sociedade civil?

### **9.3. ANEXO 3**

#### **Inquérito por Questionário – Municípios**



## Inquérito por Questionário – Municípios

O Centro Interdisciplinar de Estudos de Género está a realizar a Avaliação do IV Plano Nacional para a Igualdade — Género, Cidadania e Não Discriminação (2011-2013) (PNI). Neste âmbito é importante conhecer o trabalho desenvolvido pelas Autarquias na área da Igualdade de Género. Agradecemos que nos responda o mais sincera e diretamente possível às 16 questões que colocamos. Obrigada pela participação.

### I. CARATERIZAÇÃO

1. Por favor preencha as seguintes informações sobre a sua entidade.

1.1. Nome da Câmara Municipal: \_\_\_\_\_

1.2. Cargo que ocupa: \_\_\_\_\_

### II. CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS PREVISTAS NO PNI

2. Dentro do período de vigência do IV Plano Nacional para a Igualdade (2011-2013) a Autarquia realizou ações no âmbito da Igualdade de Género? Sim\_/Não\_ (assinale com x)

2.1. SE NÃO. Quais foram as principais razões? \_\_\_\_\_

2.2. SE SIM. O IV PNI (2011-2013) orientou as ações realizadas? Sim\_/Não\_ (assinale com x)

3. No período de vigência do IV PNI (2011-2013) foi elaborado e/ou implementado um Plano Municipal para a Igualdade? Sim\_/Não\_ (assinale com x)

4. No período de vigência do IV PNI (2011-2013) foi nomeada/o um/a Conselheiro/a para a Igualdade? Sim\_/Não\_ (assinale com x)

4.1. SE NÃO. Há alguém responsável pela área da Igualdade de Género? \_\_\_\_\_

4.2. Qual é o Cargo que essa/e responsável ocupa na Autarquia? \_\_\_\_\_

4.3. SE SIM. Além do/a Conselheiro/a para a Igualdade de Género, existem outros/as responsáveis pela Igualdade de Género na Autarquia?

4.4 SE SIM. Qual é o cargo que essa/e responsável ocupa na Autarquia? \_\_\_\_\_

5. Considerando o período de vigência do IV PNI (2011-2013) e as ações realizadas na área da Igualdade de Género, indique as principais ações desenvolvidas, especificando-as: \_\_\_\_\_

5.1. Tendo por referência as ações descritas, enumere o(s) público(s)-alvo de cada uma das ações: \_\_\_\_\_

6. Considerando agora o papel da Autarquia na implementação das medidas previstas no IV PNI (2011-2013), diria que foram alcançados os resultados esperados? Sim\_/Não\_ (assinale com x)

6.1. SE NÃO. Por quê? \_\_\_\_\_

6.2. SE SIM. Refira as principais mudanças sentidas na Autarquia e na população local: \_\_\_\_\_

7. Considerando a execução das medidas previstas no IV PNI (2011-2013) em que os Municípios estavam envolvidos, destaque os principais:

7.1. Os pontos positivos \_\_\_\_\_

7.2. Os pontos negativos \_\_\_\_\_

### III. RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

8. Durante o período de vigência do IV PNI (2011-2013) foram estabelecidos contatos entre a Autarquia e a CIG? Sim /Não  (assinale com x)

8.1. SE SIM. Qual foi a finalidade desses contatos? \_\_\_\_\_

8.2 SE NÃO. Porquê? \_\_\_\_\_

9. Nomeie, por favor, as entidades parceiras que considera indispensáveis para o desenvolvimento das ações realizadas pela Autarquia no âmbito da Igualdade de Género e refira as principais ações desenvolvidas com cada uma dessas entidades (especificando-as, ex.: Entidade 1: Centro de Saúde da Localidade X):

	Designação da Entidade Parceira	Principais ações desenvolvidas
a. Entidade 1		
b. Entidade 2		
c. Entidade 3		
d. Entidade 4		
e. Entidade 5		
f. Entidade 6		
g. Entidade 7		
h. Entidade 8		

10. Nomeie, por favor, as entidades parceiras que considera indispensáveis para o desenvolvimento das ações realizadas pela Autarquia no âmbito da

Igualdade de Género e refira as principais ações desenvolvidas com cada uma dessas entidades (especificando-as, ex.: Entidade 1: Centro de Saúde da Localidade X) (assinale com x):

	Não Colabora 1	Colabora raramente 2	Colabora ocasionalmente 3	Colabora frequentemente 4
a. Parceiro 1				
b. Parceiro 2				
c. Parceiro 3				
d. Parceiro 4				
e. Parceiro 5				
f. Parceiro 6				
g. Parceiro 7				
h. Parceiro 8				

*(Nota: Não precisa voltar a identificar as entidades desde que mantenha a ordem pela qual as identificou acima.)*



#### IV. SUSTENTABILIDADE

11. Tendo por base o trabalho já realizado na área da igualdade de género, por favor escolha uma das seguintes opções assinalando com x a opção que mais corresponde à sua opinião:

- a. Vão continuar a realizar-se ações sobre Igualdade de Género, mas com menor frequência
- b. Vão continuar a realizar-se ações sobre Igualdade de Género com a mesma frequência
- c. Vão continuar a realizar-se ações sobre Igualdade de Género, mas com maior frequência
- d. A continuidade da realização de ações sobre Igualdade de Género está dependente de recursos (materiais, financeiros e/ou humanos)
- e. Outra situação. Qual? \_\_\_\_\_

12. Comparando a área da Igualdade de Género com outras áreas de intervenção, considera que ao nível da tomada de decisão existem constrangimentos à implementação de medidas na área da igualdade de género? Sim\_/Não\_ (assinale com x)

12.1. SE SIM.

Quais? \_\_\_\_\_

13. Considerando o período de vigência do IV PNI (2011-2013), quais foram os principais benefícios para os Municípios do trabalho realizado pela na Autarquia na área da Igualdade de Género: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## V. Avaliação do Instrumento

14. Em relação à implementação do IV PNI ao nível local, distinga uma boa prática: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15. SE SIM (Q.3) Em relação à implementação do Plano Municipal para a Igualdade (2011-2013), qual foi a principal dificuldade que sentiu? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16. SE NÃO (Q.3) Em relação à interpretação e aplicação das medidas definidas no IV PNI (2011-2013) qual foi a principal dificuldade que sentiu? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

17. Que melhorias sugere relativamente ao processo de elaboração e implementação do IV PNI (2011-2013)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### **9.4. ANEXO 4**

Inquérito por Questionário – Entidades (sessões temáticas) do IV PNI e II PAEMGF



## Inquérito por Questionário – Entidades (sessões temáticas) do IV PNI e II PAEMGF

O Centro Interdisciplinar de Estudos de Género está a realizar a avaliação do IV Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e Não Discriminação (IV PNI 2011 - 2013) e do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (II PAEMGF 2011-2013). Neste âmbito, vimos por este meio realizar um questionário aos representantes organizacionais, no sentido de compreender as relações e articulações entre as diferentes entidades e instituições responsáveis pela execução das medidas para a igualdade de género, pedimos que nos responda o mais sincera e diretamente possível às 15 questões que colocamos.

### I. CARACTERIZAÇÃO

1. Por favor preencha as seguintes informações sobre a sua entidade.

a. Nome da Entidade: \_\_\_\_\_

b. Função que ocupa: \_\_\_\_\_

### II. ATIVIDADES REALIZADAS

2. Dentro do período de vigência do IV Plano Nacional para a Igualdade (2011-2013) (IV PNI 2011-2013) foram realizadas ações no âmbito da Igualdade de Género? Sim\_/ Não\_ (assinale com x)

2.1. SE SIM: Especifique por favor as principais ações realizadas no âmbito da Igualdade de Género: \_\_\_\_\_

2.2. SE NÃO: Porquê? \_\_\_\_\_

3. Dentro do período de vigência do II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina (II PAEMGF 2011-2013) foram realizadas ações no âmbito da violência de gênero? Sim\_/Não\_ (assinale com x)

3.1. SE SIM: Especifique por favor as principais ações realizadas no âmbito da Violência de Gênero: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3.2. SE NÃO: Porquê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4. Há algum elemento responsável pela concepção e desenvolvimento das ações em matéria de Igualdade de Gênero e/ou Violência de Gênero, como por exemplo “a/o Conselheira/o para a Igualdade de Gênero”?: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. (SE RESPONDEU SIM À 2.) Caracterize por favor, resumidamente, o processo de tomada de decisão interno quanto aos procedimentos e atividades a desenvolver no âmbito da Igualdade de Gênero, por exemplo: “a equipa responsável apresenta, para aprovação da direção, uma proposta de Plano de Atividades em reunião de trabalho...” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. (SE RESPONDEU SIM À 3.) Caracterize por favor, resumidamente, o processo de tomada de decisão interno quanto aos procedimentos e atividades a desenvolver no âmbito da Violência de Gênero, por exemplo: “a equipa responsável apresenta, para aprovação da direção, uma proposta de Plano de Atividades em reunião de trabalho...” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### III. RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

7. Nomeie, por favor, as entidades parceiras que considera indispensáveis para o desenvolvimento das ações no âmbito do IV PNI (2011-2013) e/ou II PAEMGF (2011-2013) e refira as principais ações desenvolvidas com cada uma das entidades e o tipo de informação e/ou recursos trocados (Por ex.: Entidade 1: IPJ – Instituto Português da Juventude):

	Designação da Entidade Parceira	Principais ações desenvolvidas	Tipo de informação e/ou recursos trocados
a.	Entidade 1		
b.	Entidade 2		
c.	Entidade 3		
d.	Entidade 4		
e.	Entidade 5		
f.	Entidade 6		
g.	Entidade 7		
h.	Entidade 8		

8. Tendo por referência as entidades que nomeou na questão anterior (7), qual é a frequência com que colaboram para o desenvolvimento das ações no âmbito da IV PNI (2011-2013) e/ou II PAEMGF (2011-2013) (assinale com x distinguindo se a colaboração é no âmbito do PNI ou do PAEMGF bastando escrever as siglas do Plano ou Plano de Ação a seguir ao x):

(Nota: Não precisa voltar a identificar as entidades desde que mantenha a ordem pela qual as identificou acima.)

	Não Colabora 0	Colabora raramente 1	Colabora ocasionalmente 2	Colabora frequentemente 3
a.	Entidade 1			
b.	Entidade 2			
c.	Entidade 3			

d. Entidade 4				
e. Entidade 5				
f. Entidade 6				
g. Entidade 7				
h. Entidade 8				

9. Tendo ainda por referência as entidades que nomeou na questão anterior (7), qual é a frequência com que trocam informações e/ou recursos na preparação e implementação das atividades em matéria da IV PNI (2011-2013) e/ou II PAEMGF (2011-2013) (assinale com um x):  
 (Nota: Não precisa voltar a identificar as entidades desde que mantenha a ordem pela qual as identificou acima.)

	Troca inexistente 0	Troca raramente 1	Troca ocasionalmente 2	Troca frequentemente 3
a. Entidade 1				
b. Entidade 2				
c. Entidade 3				
d. Entidade 4				
e. Entidade 5				
f. Entidade 6				
g. Entidade 7				
h. Entidade 8				

10. Tendo por referência as entidades que nomeou na questão 7, avalie a capacidade de resposta das mesmas no âmbito dessas ações (assinale com um x):  
 (Nota: Não precisa voltar a identificar as entidades desde que mantenha a ordem pela qual as identificou acima.)

	Ineficaz 0	Pouco eficaz 1	Eficaz 2	Muito eficaz 3	Não Sabe
a. Entidade 1					
b. Entidade 2					



c. Entidade 3				
d. Entidade 4				
e. Entidade 5				
f. Entidade 6				
g. Entidade 7				
h. Entidade 8				

11. Tendo por referência as entidades que nomeou na questão 7, como avalia o envolvimento das mesmas nas ações conjuntas (assinale com um x):

	Indiferente 0	Pouco empenhado 1	Empenhado 2	Muito empenhado 3	Não Sabe
a. Entidade 1					
b. Entidade 2					
c. Entidade 3					
d. Entidade 4					
e. Entidade 5					
f. Entidade 6					
g. Entidade 7					
h. Entidade 8					

#### IV. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES E POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO

12. Em termos dos resultados, que benefícios retira das parcerias formadas no âmbito do IV PNI (2011-2013) e/ou II PAEMGF (2011-2013)?

---

---

---

---

---

---

13. Quais as principais necessidades sentidas na articulação e colaboração com as entidades nomeadas na questão 7?

---

---

---

---

---

---

14. Tendo em conta essas necessidades, o que poderia ser feito para melhorar o trabalho em parceria no âmbito do IV PNI (2011-2013) e/ou II PAEMGF (2011-2013)?

---

---

---

---

---

---